



Brasil se aproxima de 1 milhão de casos prováveis de dengue

Governo muda regras de planos de previdência privada

Página 3

STF adia decisão sobre recurso contra acordo de leniência da Odebrecht

Página 4

Desenvolve SP: crédito para construção de usinas com painéis solares cresce 500%

O Governo de São Paulo, por meio da Desenvolve SP, agência de fomento ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, aumentou em 500% os créditos concedidos a prefeituras para a construção de usinas com painéis solares e troca de iluminação pública em 2023. O valor passou de R\$ 5,7 milhões em 2022 para R\$ 34,5 milhões no ano passado.

Além disso, o Estado fechou 2023 na liderança no ranking de geração distribuída de energia solar fotovoltaica, que ocorre quando consumidores produzem a própria energia por meio de painéis solares.

Neste modelo, quando o consumidor produz mais energia do que consome, o excesso vai para a rede elétrica. Isso possibilita créditos na conta de luz, economia e uma rede mais estável.

Com crescimento ano a ano, a produção desse tipo de energia limpa no território paulista saltou 50% de 2022 para 2023. Com isso, São Paulo acumulou potência de 3,5 Gigawatts (GW), enquanto Minas Gerais, na segunda posição, registrou 3,4 GW, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Além da questão sustentável, os projetos possibilitam economia aos cofres das prefeituras que acessam a linha de crédito da Desenvolve SP. É o caso de Tabapuã, que deve finalizar até o final de março uma usina de energia solar fotovoltaica. O mecanismo vai abastecer todos os prédios públicos da cidade, gerando uma economia de 53%.

Localizada no noroeste do estado, região conhecida pelas altas temperaturas, Tabapuã decidiu instalar ar-condicionado em todas as escolas, o que fez a conta de energia elétrica pagar pela prefeitura disparar. A garantia de que eles não serão desligados está justamente na entrada em funcionamento da usina solar fotovoltaica.

“A conta é simples. A prefeitura gastava R\$ 320 mil por mês e isso vai cair para R\$ 150 mil. Se a usina fosse usada para gerar energia residencial, seria suficiente, por exemplo, para abastecer o consumo de mil casas”, afirmou o engenheiro eletricitista Felipe Oliveira, da Nexsolar, empresa contratada pela prefeitura de Tabapuã para tocar o projeto.

Além de auxiliar na geração de emprego e renda financiando projetos de micro, pequenos e médios empresários em todo o estado, a Desenvolve SP também atua para o avanço de projetos de eficiência energética e energias renováveis propostos pelas prefeituras do estado de São Paulo. Isso fortalece o desenvolvimento regional e a sustentabilidade.

São Paulo registra aumento de estupros e latrocínios em janeiro



Foto: Freepress/Diágnose

Página 2

Novo sistema FGTS Digital entra em vigor na sexta-feira

Página 3

“Dia D” contra dengue movimenta Defesa Civil, Exército e municípios de SP

Página 2

Esporte

GP Wilson Fittipaldi Júnior: Stock Car homenageia o vice-campeão de 1991

A temporada 2024 da Stock Car Pro Series começa neste fim de semana (02 e 03/03), com uma homenagem a um dos grandes nomes da história do automobilismo brasileiro. A etapa que marca o início do campeonato levará o nome de GP Wilson Fittipaldi Júnior, em tributo ao ex-piloto, idealizador e líder da única equipe brasileira da história do Mundial de Fórmula 1, a Copersucar-Fittipaldi, e vice-campeão da Stock Car, em 1991. O Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO), será o palco deste tributo em lembrança ao membro da família Fittipaldi. Página 12



Foto: Sergio Samderson

Em família: o jovem Christian brinca com o pai durante etapa da Stock Car

Lucas Moraes é top-4 no primeiro dia do Rally de Abu Dhabi



Foto: Red Bull Pool Content

o brasileiro Lucas Moraes em ação: desafio são as dunas de Abu Dhabi

Na terça-feira (27) foi realizada a primeira de um total de cinco especiais do Abu Dhabi Desert Challenge, prova off road válida pelo Campeonato Mundial de Rally Cross-Country e que está sendo realizada nos Emirados Árabes Unidos. O brasileiro Lucas Moraes, agora piloto da equipe principal da Toyota Gazoo Racing, conquistou o quarto lugar neste primeiro dia da disputa, que se encerrará no dia 02 de março.

Correndo ao lado do navegador espanhol Armand Monleon, que foi seu companheiro na edição 2024 do Rally Dakar. Página 12

Definidas as duplas que disputarão a abertura do IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia

Estão definidas as duplas que participarão da etapa de abertura do IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia, uma realização da Federação Paulista de Volleyball para fortalecer o esporte no estado. A competição, programada para o próximo fim de semana, dias 2 e 3 de março, ocorrerá nas quadras montadas no Parque Dom Pedro, no Centro da cidade, próximo à Fun-

dação Catavento. O torneio contará com 16 duplas no masculino.

A programação do fim de semana começará no sábado, a partir das 8 horas. No domingo serão jogadas as quartas de final, semifinais e finais. O evento terá entrada gratuita ao público e será a chance de acompanhar algumas das principais duplas do estado. Página 12

Carioca Letícia Pagy valoriza aprendizado na V11 Aldeia Cup de Kart



Letícia Pagy participou de várias disputas no pelotão intermediário

Com o firme propósito de se preparar bem para lutar pelo título de campeã do Campeonato Carioca de Kart, que terá início daqui a um mês, Letícia Pagy (Cantor Chininha/Lety Service/Divy Chic) estreou no V11 Aldeia Cup de Kart, que teve sua primeira etapa realizada no último domingo (25) no Kartódromo Aldeia da Serra, em Barueri (SP). Em um grid de 29 concorrentes, ela terminou

em oitavo entre os estreantes, na F4 Junior Rookie.

Vice-campeã da categoria F4 Júnior na II Copa Sérgio Maurício de Kart, realizada a exatamente um mês em Guapimirim (RJ), Letícia – como é chamada pelos seus amigos – participou do certame com a expectativa de ganhar experiência e valorizou bastante o aprendizado, pois passou por várias situações. Página 12

“Dia D” contra dengue movimentada Defesa Civil, Exército e municípios

Em uma ação intersecretarial de combate aos criadouros do mosquito transmissor da dengue, o Governo de SP convocou, para esta sexta-feira (1), todos os 645 municípios paulistas para o “Dia D de Mobilização Estadual” contra as arboviroses urbanas. O evento, anunciado pelo Centro de Operações de Emergências (COE), terá a participação das secretarias estaduais da Saúde, Educação, além da Defesa Civil, com reforço do Exército Brasileiro e o Cosems (Conselho de Secretários Municipais de Saúde).

A iniciativa inclui atividades especiais nas escolas, orientação à população e fortalecimento das ações de combate à doença nas residências.

“Esse é mais um importante passo entre as ações contra a dengue, principalmente, porque reunimos diversos parceiros nessa iniciativa que estão divulgando e mobilizando toda a população”, ressaltou Tatiana Lang D’Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE).

Escolas mobilizadas
A ação, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), já disponibilizou às Diretorias Regionais de Ensino conteúdos informativos sobre as arboviroses, sobretudo a dengue, com base nas faixas etárias de cada etapa de ensino, desde o primeiro ano do Fundamental até o Ensino Médio.

O material propõe debates em sala de aula sobre medidas preventivas e importância da eliminação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, além de organização de campanhas de limpeza regulares dentro da escola, com foco na remoção de recipientes que acumulam água, como pneus velhos, garrafas plásticas, latas e vasos de plantas.

A Defesa Civil do Estado

mobilizará as equipes para intensificar a orientação à população e reforçar as ações de combate ao mosquito nas residências. Para os municípios que necessitem de apoio da Defesa Civil ou do Exército para as atividades de campo no dia D, está disponível um e-mail disponível para receber as solicitações: coe@saude.sp.gov.br.

O Estado também entregou

para todas as prefeituras a campanha “A água mais mortal pode estar no seu quintal”, um material didático e comunicativo para distribuição à população. Estes informes também serão distribuídos para todas as escolas públicas do estado, tanto municipal, quanto estadual, e podendo ser distribuído também nas escolas particulares.

O Governo de SP, por meio

da Secretaria de Estado da Saúde, lançou o portal “Dengue 100 Dúvidas” com as cem perguntas mais frequentes sobre dengue, zika e chikungunya nos buscadores da internet. A ferramenta desmistifica as fake news que circulam nas redes sociais e orienta a população sobre as doenças. O acesso está disponível no link: www.dengue100duvidas.sp.gov.br

São Paulo registra aumento de estupros e latrocínios em janeiro

Os registros de estupros aumentaram 3,4% no mês de janeiro, no estado de São Paulo, em relação ao mesmo mês do ano passado. Foram 1.196 casos este ano, ante 1.157 no ano anterior. No mesmo período, houve aumento também no número de latrocínios, passando de 12 para 16 registros.

Os casos de homicídios dolosos totalizaram 215 registros no primeiro mês deste ano, queda de 14% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 250 ocorrências. O número é o menor patamar da série histórica, iniciada em 2001.

Os dados foram divulgados na segunda-feira (26) pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP).

Crimes contra o patrimônio contabilizados pela SSP - roubos e furtos - tiveram queda. Os registros de roubos em geral pas-

saram de 20.782 casos, em janeiro de 2023, para 17.661 no primeiro mês do ano, uma redução de 15%. Os roubos de veículo caíram 29%, passando de 3.172 para 2.251 casos.

Já os roubos de carga passaram de 509 ocorrências para 400, redução de 21,4%, considerando o mesmo período. Os roubos a banco permaneceram zerados em ambos os comparativos.

Registros de furtos em geral tiveram queda de 2,4%, passando de 47.688, no ano passado, para 46.541 em janeiro deste ano. Os furtos de veículos caíram de 7.716 casos para 7.665.

Crimes contra mulheres

Diferentemente da queda no número de homicídios, especialistas têm apontado crescimento das taxas de crimes cujas vítimas são mulheres.

Em novembro de 2023, levanta-

tamento divulgado pelo Fórum de Segurança Pública (FBSP) apontou que as ocorrências de feminicídios e homicídios femininos estavam na contramão da tendência nacional de redução dos crimes contra a vida.

O Monitor da Violência, publicação do G1 com o FBSP e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, mostrou que os crimes contra a vida caíram 3,4% no país no primeiro semestre do ano passado. Já os dados compilados pelo fórum apontaram que os feminicídios e homicídios femininos cresceram 2,6%, considerando o mesmo período.

Em entrevista à Agência Brasil, na ocasião, Isabela Sobral, a supervisora do núcleo de dados do FBSP, avaliou que a Lei Maria da Penha é um mecanismo importante para prevenir o assassinato de mulheres.

“A lei coloca o instrumento

da medida protetiva de urgência, que é fundamental para prevenir a violência contra a mulher e o feminicídio. É importante que essa ferramenta seja de fato utilizada. Em diversos estados, existem estudos que mostram que as mulheres que são vítimas de feminicídio, em sua maioria, não possuíam medida protetiva de urgência contra o seu agressor”, disse.

Na tarde da segunda-feira (26), um homem de 49 anos foi preso em flagrante por feminicídio, no município de Tupã, em São Paulo. Segundo o boletim de ocorrência, a vítima havia solicitado uma medida protetiva contra o autor horas antes do crime. Segundo a secretária, o homem invadiu a residência e matou a mulher a facadas. Ele tentou fugir, mas foi preso, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do estado.

40% dos paulistas usam serviços digitais do Governo, aponta pesquisa

A transformação digital do Governo de São Paulo democratiza o acesso da população a serviços estaduais em tempo real, a qualquer hora e de qualquer lugar. Em 2023, os canais eletrônicos da gestão estadual foram utilizados por 40% da população paulista, de acordo com uma pesquisa conduzida pela Fundação Seade. O estudo também apontou grau de satisfação de 90%.

O levantamento chamado “Uso de serviços eletrônicos do governo de São Paulo” foi feito a partir de dados catalogados no último mês de outubro, por meio de coleta remota com base em unidade de resposta audível, e compilou respostas de 3.066 pessoas.

O uso dos serviços estaduais digitais é mais comum na Grande São Paulo do que no interior, assim como entre os homens e pessoas na faixa de 30 a 44 anos – a popularidade dos canais eletrônicos aumenta conforme a escolaridade e o nível de renda familiar dos respondentes.

Os serviços mais acessados remotamente são os do Poupapempo (74%) e do Detran (59%). Em ambos, o cidadão pode soli-

citar a emissão de uma série de documentos – no Detran, além da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, também estão disponíveis opções de licenciamento ou transferência de veículos.

“No ano passado, sob o comando do governador Tarcísio de Freitas, iniciamos uma revolução digital em São Paulo. Tanto que a pesquisa do Seade já detectou: 90% dos usuários de serviços digitais do Governo afirmaram que voltariam a utilizar estes canais”, afirmou Caio de Paes Andrade, secretário estadual de Gestão e Governo Digital.

O levantamento também apontou que cidadãos com níveis mais altos de escolaridade e renda familiar utilizam as plataformas digitais com mais frequência. A taxa de uso quase triplica na comparação entre pessoas com ensino superior e as que só concluíram o ensino fundamental. A nota média atribuída à facilidade de uso das soluções digitais também teve ligeiro acréscimo entre 2023 (6,8) e 2021 (6,5) – a aprovação se repete nos diferentes tipos de serviços utilizados.

A proporção de usuários é maior na Grande São Paulo (42%)

ante o interior (38%), assim como os homens (43%) em relação às mulheres (38%). Os índices de acesso são mais significativos para os mais jovens, com destaque para a população de 30 a 44 anos (62%), proporção 35% superior àquela observada para as pessoas com 60 anos ou mais.

A adesão mais significativa de jovens pode ser influenciada por um maior domínio das habilidades digitais e familiaridade com as tecnologias de informação e comunicação, já registradas em outros levantamentos similares.

Entre as pessoas que utilizaram a internet em 2023 para acessar canais do Governo de São Paulo, 51% buscavam informações e 49% queriam efetuar algum serviço. A procura por informações foi majoritária entre mulheres e a população do interior, enquanto os serviços são mais populares entre os homens e pessoas com mais escolaridade e renda.

Considerando apenas o acesso para serviços, em 2023, os mais mencionados foram agendar atendimento (36%), emitir boletos, certidões ou licenças (25%), preencher inscrições ou

matrículas (5%) e fazer reclamações (5%). Os 30% restantes acessaram outros serviços.

Nove em cada dez usuários dos serviços eletrônicos do Governo de São Paulo afirmaram que voltariam a utilizar os canais. A taxa de aprovação é uniforme entre a Grande São Paulo e o interior, assim como na maioria dos diferentes estratos sociodemográficos.

A percepção de benefícios também cresceu em 2023 na comparação ao levantamento de 2021. Os mais citados foram facilitar o acesso a serviços (40%), diminuir o tempo de espera (34%) e evitar que as pessoas precisem sair de casa (22%). Para as pessoas com menos escolaridade e renda mais baixa, o ganho de tempo foi apontado como o principal benefício. Entre os mais jovens e os com renda e grau escolar mais alto, a principal vantagem é a facilidade no acesso aos serviços.

Há mais de 40 anos, o Sistema Estadual de Análise de Dados é referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas do estado de São Paulo.

SP regulariza mais de 1 mil imóveis de famílias de baixa renda no Vale do Paraíba

O Governo de São Paulo avança na regularização fundiária com novas entregas de títulos de propriedade para a população de baixa renda. Na terça-feira (27), o governador Tarcísio de Freitas visitou os municípios de Jacareí e Redenção da Serra, onde 736 famílias receberam as escrituras de seus imóveis.

Na véspera, a gestão estadual atendeu outras 296 famílias nas cidades de Caçapava e Roseira, totalizando 1.032 imóveis regularizados no Vale do Paraíba por iniciativa do Estado nesta semana, em um investimento total de R\$ 3,9 milhões.

“Para as famílias que estavam esperando os títulos de suas moradias há muito tempo, o dia chegou. Tenho certeza que vai ser uma bênção na vida de vocês”, afirmou Tarcísio aos moradores ben-

eficiados. “Isso tem um simbolismo muito grande. Muitas vezes, a pessoa tem a casa, mas não a matrícula, a escritura, o registro. Quando o Estado faz a regularização fundiária, você muda a história de muitas famílias. Desde o início do nosso governo, já entregamos títulos de propriedade para 77 mil famílias.”

As cerimônias nas duas cidades também reuniram o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco, diretores da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), deputados, prefeitos, vereadores, além das famílias beneficiadas.

Em Redenção da Serra, as moradias foram regularizadas por meio do programa Cidade Legal. A entrega dos documentos beneficiou 136 famílias, sob investimen-

tos de R\$ 530,4 mil. Em Jacareí, Tarcísio fez a liberação de 600 matrículas de moradias de um conjunto entregue há mais de 26 anos. A CDHU investiu R\$ 2,3 milhões na regularização do residencial.

Com os núcleos regularizados, todos os moradores recebem o documento oficial de propriedade das habitações em que residem. Além de garantir segurança jurídica às famílias de baixa renda, a iniciativa permite acesso ao mercado formal de crédito, a possibilidade de comercialização da propriedade e a transferência do bem para filhos ou herdeiros.

Desde o início de 2023, o Governo de São Paulo faz avanços robustos na regularização fundiária no estado. O programa Cidade Legal, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e o programa de regularização da

CDHU integram as ações estaduais. O Cidade Legal acelera e desburocratiza o processo de regularização fundiária, sem custos para municípios e moradores.

Já a regularização da CDHU está eliminando o passivo de imóveis entregues pelo Estado há vários anos e que ainda aguardam regularização. Na atual gestão, todos os empreendimentos da CDHU são entregues averbados, ou seja, com o registro do imóvel em nome do beneficiado.

“Nós estamos entregando a cada família a certeza jurídica de que a sua habitação agora é um bem de família, que vai ficar para filhos e netos. É esse o trabalho que nós temos feito com a regularização fundiária em todo o estado”, disse o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereadores - ainda no PSDB - tem até o final do mês de março pra usar a janelinha eleitoral e trocar de partido sem perder o mandato. O tucano João Jorge já anunciou que vai voar. Quem mais voará?

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito Ricardo Nunes (MDB) começa a pintar em condições de empate técnico com o deputado federal Boulos (PSOL) por uma possível reeleição dependendo de quem será o seu vice, ou a sua vice

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O maior e mais importante parlamento estadual do Brasil assistiu - dia 25 fevereiro 2024 - o início da queda inevitável do PSDB enquanto partido que foi grande e governou o Estado por quase 3 décadas

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) não esconde - dos mais íntimos - que seguirá consolidando seu governo pra disputar a reeleição 2026. A partir de 2027 começaria campanha pela Presidência 2030

CONGRESSO (Brasil)

Não são poucos os deputados federais e estaduais (São Paulo) que deixaram a avenida Paulista [ato pró-Bolsonaro em 25 fevereiro 2024] frustrados por não serem sequer citados pelos deuses do caminhão de som ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Lula (dono do PT) segue dizendo que não retira nada do que disse sobre Israel [inclusive sobre ser igual a Hitler em relação ao Hamas (faixa de Gaza na Palestina)]. Este é a diplomacia do Brasil 2023/24

PARTIDOS (Brasil)

Além da ausência icônica do FHC, o PSDB de São Paulo tá no fundo do poço. O ex-governador Doria não manda mais nada e seu sucessor - Rodrigo Garcia - as vezes não é nem citado entre os restantes emplumados

JUSTIÇAS (Brasil)

Segue hoje - no Supremo - o julgamento 'sobras das sobras' dos partidos [eleições 2022]. Tal resolução vai pautar todas as eleições de agora em diante. Pelo menos 7 deputados federais podem perder os mandatos

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar Honra ao Mérito (Assembleia SP), como referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Governo muda regras de planos de previdência privada

O governo federal alterou as regulamentações de planos de previdência privada, para tornar esse tipo de investimento mais atrativo para os poupadores.

As atualizações das normas são do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão ligado ao Ministério da Fazenda. De acordo com reguladores e agentes da indústria de previdência privada, haverá mais concorrência no mercado e mais opções de recebimento de renda para os investidores.

“O consumidor está no centro da nova disciplina jurídica, podendo escolher adequadamente e tomar a sua melhor decisão de investir”, avalia o superintendente de Seguros Privados (Susep), Alessandro Octaviani.

As mudanças estão descritas em duas resoluções do CNSP editadas em 19 de fevereiro. A número 463/2024 é direcionada aos chamados Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL); e a 464/2024, relacionada ao Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

As alterações ocorrem quando os planos completam 25 anos de criação e foram decididas após consulta pública ao longo de 2022, em processo de debate com a sociedade civil e participantes do setor.

De acordo com o CNSP, os planos de previdência privada contam com cerca de R\$ 1,4 trilhão em investimentos. As mudanças trazidas pelas resoluções valem apenas para novas adesões.

Os produtos VGBL e PGBL são planos de previdência privada com característica de acumula-

ção, ou seja, há um período de composição do investimento que será, no futuro, revertido em renda.

A principal diferença entre os dois está no tratamento tributário. Em ambos, o imposto de renda (IR) incide apenas no momento do resgate ou recebimento da renda. No VGBL, o IR incide apenas sobre os rendimentos; no PGBL, sobre o valor total a ser resgatado ou recebido sob a forma de renda.

Uma das principais mudanças impostas pelas resoluções é a determinação de que os planos instituídos, ou seja, aqueles que preveem contribuição por parte dos patrocinadores, estabeleçam cláusula de adesão automática de participantes.

Por exemplo, quando uma pessoa é contratada por uma empresa que oferece planos de previdência aos empregados, ela será automaticamente incluída no plano. Antes, era preciso que o novo funcionário manifestasse interesse em aderir ao plano.

Dentro de um determinado período que ainda será regulamentado pela Susep, esse trabalhador poderá decidir se quer manter a adesão ou sair do plano de previdência. Enquanto isso, a empresa fará os aportes normalmente, sem acarretar qualquer custo ao empregado.

“O participante deverá receber sempre as informações e o suporte para a tomada de decisão mais adequada à sua realidade e necessidades”, explica a coordenadora-geral de Regulação de Seguros Massificados, Pessoa-

as e Previdência da Susep, Adriana Hennig.

Outra mudança importante é a responsabilidade que as seguradoras devem ter com o *suitability* - termo em inglês que se refere ao ajustamento entre o perfil dos participantes e o tipo de investimento. Quando notar um desajuste, a empresa responsável pelo plano deverá alertar o poupador.

Por exemplo, se uma pessoa de idade avançada se aproxima do momento de receber os benefícios, a seguradora deve aconselhar o participante sobre a conveniência de reduzir o risco das aplicações.

Em outras palavras, pessoas que estão perto de se aposentar são orientadas a ter mais renda fixa (CDBs, Tesouro Direto) que renda variável (ações, fundos imobiliários) na carteira de previdência.

A hora de escolher como se dará a forma de usufruir dos benefícios também é uma novidade das resoluções 463/2024 e 464/2024.

Anteriormente, a escolha acontecia quando o participante aderiu ao plano. Isso causava situações, por exemplo, de uma pessoa de 20 anos ter que escolher como receberia os valores ao completar 65 anos.

Com a mudança, a decisão pode ser tomada apenas quando o participante estiver se aproximando do período de fruição dos recursos acumulados.

Ainda sobre a forma de receber o benefício, os participantes poderão, a partir das novas regras, usar no cálculo da renda recorrente juros mais coerentes

com os que estiverem sendo praticados pelo mercado no momento dos desembolsos. Independentemente de serem mais altos ou baixos que no momento da adesão, serão condizentes com a situação econômica no período do recebimento da renda.

“Isso torna o produto mais vantajoso, do ponto de vista econômico, trazendo um grande benefício para os consumidores e também para o mercado segurador”, considera Adriana Hennig.

Outra grande mudança é mais liberdade para os participantes escolherem a forma que receberão a renda. Antes havia a escolha se seria o recebimento de todo o valor acumulado de uma única vez, ou de forma mensal por um período específico, ou de forma vitalícia (todos os planos são obrigados a oferecer essa opção).

Agora, o poupador poderá fazer a escolha pouco tempo antes da fruição e, inclusive, fazendo uma combinação de formas. Por exemplo, escolher parte do acumulado em renda mensal por um determinado período, e outra parte de forma vitalícia.

“A renda deverá ter no mínimo um período de pagamento de cinco anos a fim de preservar o caráter previdenciário do produto”, aponta a coordenadora da Susep.

As mudanças implicam ainda receber mesmo enquanto estiver no período de acumulação. Ou até suspender a acumulação por um tempo enquanto recebe a renda e depois voltar a fazer aportes. Além disso, em caso de renda mensal, o valor não precisa ser

linear. Pode, por exemplo, ser maior em um primeiro momento.

É importante ter em mente que todas as opções serão calculadas com base no montante acumulado pelos investidores. Uma modalidade de fruição vitalícia terá, evidentemente, valores mensais menores que uma estipulada para o prazo de 5 anos.

Com a possibilidade de portabilidade, os participantes poderão comparar entre as seguradoras as melhores condições para receber o valor acumulado, de forma que, se encontrar propostas interessantes em algum concorrente, pode migrar parte do acumulado e receber rendas de duas seguradoras ao mesmo tempo. Isso pode acontecer mesmo que ele já tenha contratado uma forma de renda com uma primeira seguradora.

A confrontação entre as empresas é uma forma de abrir o mercado de previdência privada a mais concorrência, o que pode resultar em menos custos e mais vantagens para os participantes de planos.

“O aumento da concorrência é extremamente saudável, principalmente quando estamos tratando de um mercado de sobrevivência bastante concentrado, em que 80% das provisões estão concentradas em quatro seguradoras”, observa Adriana Hennig.

Joaquim Gomes, especialista da

RJ+ Investimentos, considera que o conjunto de mudanças, incluindo a modernização do processo de contratação de renda, “traz maior clareza aos participantes dos planos a respeito de sua liberdade para definir a empresa que deseja contratar a renda, ou seja, isso melhora a competitividade dada a maior capacidade de comparação que o investidor teria”.

As resoluções do CNSP incluem ainda uma regra para evitar brechas tributárias para famílias de super-ricos, o que desvirtuaria a finalidade do plano de previdência privada.

Com a nova regra, um seguro não poderá manter mais que R\$ 5 milhões em um plano VGBL quando ele e seus familiares tiverem mais que 75% das cotas do fundo de investimento atrelado ao plano.

“Sem essa restrição, planos poderiam ser utilizados como forma de violar o princípio da isonomia tributária que a lei pretendeu garantir”, afirma a Susep.

Segundo Joaquim Gomes, é uma movimentação do governo para barrar uma estratégia de super-ricos em busca de brecha tributária, após a taxação dos chamados fundos exclusivos.

“Para evitar que investidores façam esse movimento, o governo já se antecipou”, diz. (Agência Brasil)

Banco Central adia divulgação do balanço de 2023

Tradicionalmente divulgado em fevereiro, o balanço anual do Banco Central (BC) vai atrasar em um mês, informou na terça-feira (27) a instituição. Os números só serão aprovados e apresentados na reunião ordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) de março.

A reunião de fevereiro, prevista para esta quinta-feira (29), não ocorrerá. Segundo o BC, o cancelamento ocorreu por “falta de assuntos”. Nesta semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do BC, Roberto

Campos Neto, que compõem o CMN, participam da reunião de ministros das Finanças do G20, em São Paulo.

A legislação não estabelece uma data exata para a aprovação e divulgação do balanço do Banco Central. Até 2021, os números eram aprovados e apresentados semestralmente, nas reuniões ordinárias do CMN de fevereiro e de agosto. Com a lei que concedeu autonomia ao BC, o Conselho Monetário passou a divulgar o balanço apenas uma vez por ano, em fevereiro. (Agência Brasil)

Prévia da inflação oficial sobe para 0,78% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 0,78% em fevereiro deste ano. A taxa é superior ao 0,31% de janeiro deste ano e ao 0,76% de fevereiro do ano passado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 acumula 1,09% no ano e 4,49% em 12 meses.

O principal impacto na prévia

da inflação de fevereiro veio dos aumentos das taxas dos cursos regulares, que subiram 6,13% no período. Os reajustes de preços são habitualmente praticados no início do ano.

Entre os cursos com maiores reajustes destacam-se ensino médio (8,58%), ensino fundamental (8,23%) e pré-escola (8,14%). Com essas altas de preços, o grupo de despesas com educação registrou inflação de 5,07% na

prévia do mês. Na prévia de janeiro, o grupo educação tinha variado apenas 0,39%.

Inflação

Oito dos nove grupos de despesas apresentaram inflação na prévia de fevereiro. Além de educação, destacou-se o de alimentação e bebidas, com inflação de 0,97% no período.

Entre os itens com maiores altas de preços estão cenoura (36,21%), batata-inglesa

(22,58%), feijão-carioca (7,21%), arroz (5,85%) e frutas (2,24%).

Outros grupos com inflação na prévia de fevereiro foram saúde e cuidados pessoais (0,76%), comunicação (1,67%), despesas pessoais (0,46%), transportes (0,15%), habitação (0,14%) e artigos de residência (0,45%).

O único grupo de despesas com deflação (queda de preços) na prévia de fevereiro foi vestuário, com -0,39%. (Agência Brasil)

Novo sistema FGTS Digital entra em vigor na sexta-feira

Após seis meses de testes, a versão digital do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS Digital) entrará em vigor na sexta-feira (1º). Totalmente eletrônica, a ferramenta substituirá o sistema Conectividade Social/ Caixa, usado até agora pelas empresas para enviar informações do FGTS dos empregados.

Ao apresentar a plataforma, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que o novo sistema resultará em economia e em transparência tanto para patrões como para empregados. “O FGTS Digital reduzirá as horas trabalhadas nas empresas para alimentar as informações do FGTS. O trabalhador terá mais transparência sobre os depósitos do fundo”, declarou.

O FGTS Digital usará o e-Social (banco eletrônico de dados dos empregados) como base de

dados. Totalmente operado pela internet, o sistema terá várias opções para gerar guias e será responsável por todo o recolhimento mensal do FGTS e pelo pagamento de rescisões e multas rescisórias.

A nova plataforma permite que o empregador utilize o Pix (sistema de transferências instantâneas) para recolher o FGTS. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o FGTS Digital reduzirá a burocracia para os empregadores e melhorará a confiabilidade no sistema, ao agilizar a conversão dos depósitos no saldo individual da conta do trabalhador.

Segundo o Serpro, o novo sistema integrará os dados do e-Social, do Pix Caixa, do Portal Gov.br e outros sistemas. Ao todo, 4,5 milhões de empregadores vão usar a plataforma para

gerir os dados de mais de 50 milhões de trabalhadores. Todos os meses, serão emitidas 7 milhões de guias para recolhimento do fundo.

A elaboração do FGTS Digital teve a participação dos seguintes órgãos: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal, Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Outras novidades do FGTS Digital são a rapidez do pagamento do FGTS em atraso, com a possibilidade de recolhimento de vários meses em uma única guia; o cálculo automático da multa do FGTS, com base no histórico de remunerações do e-Social; e a recomposição automática de sa-

lários de períodos anteriores e de pagamento da indenização compensatória.

Durante a apresentação do projeto, Luiz Marinho anunciou que a nova plataforma terá uma rubrica para que o trabalhador tome empréstimo consignado diretamente com os bancos, sem consulta ao empregador. O tomador utilizará a folha de pagamento como garantia.

“Hoje o consignado poderia estar existindo se as empresas tivessem feito convênios com os bancos. As empresas não fizeram, então, nós, a partir da ferramenta do e-Social e do FGTS Digital, criamos uma rubrica para possibilitar que o trabalhador faça, possa tomar esse empréstimo, sem intermediação do empregador. Ele não vai mais precisar consultar o empregador”, disse o ministro. (Agência Brasil)

Ministra diz que mudança climática pode afetar produção de alimentos

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, alertou na terça-feira (27) que as mudanças climáticas podem impactar a capacidade do Brasil de produzir alimentos. “Nós acabamos de identificar, por estudos científicos, áreas de deserto já no Brasil. Expansão da área de baixa umidade em várias regiões do nosso país. Ou seja, para o Brasil continuar ajudando na segurança alimentar do planeta, nós vamos precisar fazer o dever de casa em relação ao clima”, disse ao participar de um evento organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), parte da programação paralela ao

encontro do G20.

A ministra participou de uma mesa com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen.

Segundo Marina, a falta de alimentos pode ser um fator de desregulação da economia global e gerador de instabilidades geopolíticas. “Nós temos também outro problema, que é a questão do risco de uma inflação global que pode ser causada também por insegurança alimentar em função da mudança climática. Geralmente, se faz a associação, muito rapidamente, entre risco de inflação e risco de instabilidade econômica, geopolítica, associada à energia. Mas vamos pensar

também que esse risco talvez seja até maior em relação à segurança alimentar”, enfatizou.

No Brasil, a ministra avalia que existe uma convergência de interesses entre a área econômica e as propostas para o meio ambiente. “Eu acho que é a primeira vez na história do Brasil que a gente conseguiu uma sinergia muito grande entre a área econômica e a área ambiental. O plano de transformação ecológica está sendo coordenado pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad. Com certeza é o melhor lugar para que ele seja elaborado, porque a partir daí ele pode ser transversalizado, repassado para as ou-

tras áreas do governo”, disse.

A ministra destacou ainda a parceria assinada na segunda-feira (26) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para dar garantias cambiais a projetos de desenvolvimento de economia verde no país.

O BID vai oferecer US\$ 3,4 bilhões em contratos de derivativos que serão repassados, a partir do Banco Central, para instituições financeiras brasileiras.

Os derivativos são contratos que podem ser usados para reduzir o risco de operações financeiras, sendo vinculados a outros ativos, como commodities, moeda estrangeira ou taxas de juros. (Agência Brasil)

13 municípios recebem capacitação para uso da plataforma Paraná Negócios

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), realizou na terça-feira (27) a capacitação de 13 prefeitos para uso do portal Paraná Negócios. A plataforma é disponibilizada com apoio da Celear e da Invest Paraná para a atração de negócios por meio de uma tecnologia que conecta os municípios com empresas interessadas em investir no Estado.

O portal faz parte do projeto de transformação digital nos municípios do Paraná, repassando, sem custo, soluções para implementação tecnológica do software de centralização de dados.

A ferramenta funciona como uma vitrine de oportunidades onde prefeituras e empresas podem cadastrar informações referentes a demandas na área de industrialização e desenvolvimento econômico, promovendo um encontro entre o setor público e o setor privado e ampliando a atratividade de investimentos nos municípios.

A ideia é otimizar a tomada de decisão dos dois lados e, principalmente, acelerar o desenvolvimento econômico local e a cultura empreendedora nos municípios. Ao todo 64 cidades já receberam a licença de acesso ao portal.

O treinamento aconteceu na sede da Celear, em Curitiba, e contou com a presença de secretários e assessores dos municípios de São José dos Pinhais, Goioerê, Ortigueira, Pato Branco, Castro, Cianorte, Umuarama, Campo Mourão, Ponta Grossa, Iriti, Cascavel, Santo Antônio da Platina e Cornélio Procópio. A capacitação

com as demais prefeituras está prevista para o início de março.

“O portal Paraná Negócios é um programa de transformação digital que vai possibilitar o crescimento econômico local em diversos municípios do nosso Estado”, afirmou a diretora-geral da SEI, Jéssica Leger.

Segundo o diretor-presidente da Celear, Gustavo Garbosa, a plataforma foi criada para atender a necessidade do fomento em investimentos, além da melhoria dos negócios e da economia nas cidades paranaenses.

“Quem vai colher os benefícios desta plataforma vai ser o cidadão, os municípios que vão gerar mais empregos, gerar mais negócios e fomentar mais a economia local. É muito importante para os municípios que eles tenham conhecimento, tenham esse treinamento para que a gente possa usar o potencial da ferramenta”, destacou.

No portal Paraná Negócios, os municípios podem cadastrar informações como incentivos fiscais, disponibilidade de terrenos e galpões para a instalação de empresas, o nível de qualificação da mão de obra da cidade, entre outros. Já as empresas podem registrar as necessidades para operar, como quantidade de empregados e o tamanho do imóvel necessários para se instalar.

Durante a capacitação, os representantes das cidades puderam aprender de que forma incluir informações relevantes para atrair empresas e multiplicar oportunidades de investimento. Após o treinamento, os municípios ficam aptos a iniciar o uso do portal. (AENPR)

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
(atual denominação da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização)
CNPJ nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35.300.151.402

FATO RELEVANTE

A VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, atual denominação social da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, com sede na Rua Genovésia, 207, 16º andar, nº 162, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05501-030, inscrita no CNPJME sob o nº 02.105.040/0001-23, (“Securitizadora”), na qualidade de Emissora da 232ª Série da 2ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“Emissão” e “CRI”, respectivamente) vem, por meio do presente Fato Relevante, e em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, informar ao público em geral que não identificamos o recebimento dos recursos decorrentes do pagamento da Amortização e Juros Remuneratórios da Emissão e, por este motivo, não houve o pagamento dos CRI nesta data. A Securitizadora informa que está obtendo maiores informações a respeito e que manterá todos os investidores e o mercado em geral atualizados sobre quaisquer informações relevantes. Todos os termos iniciados em letra maiúscula aqui não definidos encontram o significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização da Emissão. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 26 de fevereiro de 2024. **VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização) - Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor de Relações com Investidores**

Em reunião reservada, senadores ouvem secretário sobre fuga em Mossoró

Fabricante firma parceria para ampliar produção da vacina da Dengue

O laboratório Takeda, fabricante da vacina Qdenga, vai ampliar a produção das doses contra a dengue por meio de uma parceria firmada com o laboratório indiano Biological E. Em nota, a Takeda informou que a Biological E. vai passar a produzir 50 milhões de doses da Qdenga por ano, permitindo alcançar a meta de entregar 100 milhões de doses até 2030. De acordo com o comunicado, a parceria atende à necessidade específica de fornecer doses para programas nacionais de vacinação no intuito de ajudar a proteger populações mais vulneráveis. “Essas doses serão, ao final, disponibilizadas para aquisição por governos de países

endêmicos até 2030, no mais tardar, para apoiar programas nacionais de imunização”, destacou o laboratório Takeda. A Qdenga foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) em dezembro do ano passado e começou a ser distribuída este mês a 521 municípios selecionados pelo Ministério da Saúde para a imunização de crianças e adolescentes. A seleção de municípios, de acordo com a pasta, foi necessária em razão da quantidade limitada de doses disponibilizada pelo fabricante. Com o anúncio da Takeda, a expectativa é que mais cidades brasileiras possam ser contempladas e que outros grupos possam ser imunizados contra a dengue. (Agência Brasil)

Membros da Comissão de Segurança Pública do Senado se reuniram a portas fechadas com o secretário nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça, André Garcia, na terça-feira (27). Garcia foi convidado a participar da audiência para debater a situação dos cinco presídios federais de segurança máxima em funcionamento no Brasil: Brasília; Campo Grande; Catanduvas (PR); Mossoró (RN) e Porto Velho. Sugerida pelo senador Sérgio Moro (União-PR), a audiência foi motivada pela fuga de dois presos da unidade federal de Mossoró, no último dia 14. Foi a primeira fuga registrada no sistema penitenciário federal desde sua

criação, em 2006, para isolar lideranças de organizações criminosas e presos de alta periculosidade. Em seu requerimento, Moro justificou a necessidade de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública comparecerem ao Senado e prestarem informações à comissão alegando que “a inédita fuga do último dia 14 de fevereiro é preocupante e gera questionamentos sobre a capacidade dos instrumentos disponíveis à repressão do crime organizado”. O acesso à reunião foi limitado a parlamentares e a poucos assessores a fim de evitar a divulgação de informações sensíveis, como as medidas para ten-

tar recapturar os dois fugitivos. De acordo com Moro, os membros da comissão questionaram o secretário a respeito de eventuais falhas estruturais da unidade de potiguar e em equipamentos de segurança. “Houve indagações. Por exemplo, as câmeras de segurança falharam, ter câmeras queimadas, apagadas, é algo que acontece. Nenhum equipamento dura para sempre. A grande questão é por que o problema não foi remediado, por que não foi reposto”, declarou Moro a jornalistas, após o fim da audiência. De acordo com o senador, Garcia detalhou as medidas de reforço da segurança das penitenciárias federais anunciadas

após a fuga, reforçando o compromisso do governo federal de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que busca reestruturar a carreira dos policiais penitenciários federais. Segundo a Agência Senado, participaram da audiência, além de Sérgio Moro, os senadores Alessandro Vieira (MDB-SE), Carlos Viana (Podemos-ES), Marcos do Val (Podemos-MG), Sérgio Petecão (PSD-AC), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Margareth Buzetti (PSD-MT), Jorge Kajuru (PSB-GO), Jaques Wagner (PT-BA), Damare Alves (Republicanos-DF) e Soraya Thronicke (Podemos-MS). (Agência Brasil)

Secretária do Tesouro dos EUA elogia reforma tributária do Brasil

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, disse na terça-feira (27) que a reforma tributária, aprovada pelo Congresso Nacional no fim do ano passado, deve atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. “Eu parabeno o ministro da Fazenda, Fernando Haddad por conseguir uma reforma tributária verdadeiramente histórica. Isso irá facilitar fazer negócios aqui, inclusive para empresas norte-americanas que têm vontade de investir.” Janet Yellen participou de um evento organizado pela Câmara Americana de Comércio

para o Brasil (Amcham), que faz parte da programação paralela ao encontro do G20 que ocorre na capital paulista. Para ela, a simplificação do sistema de recolhimento de tributos é “uma oportunidade imensa para o Brasil se integrar mais às cadeias globais de valor, e os Estados Unidos serão um grande parceiro do Brasil nesse esforço”. A previsão do governo federal é de enviar em março ao Congresso Nacional o projeto de lei que regulamenta a reforma tributária já aprovada. Segundo a secretária norte-

americana, também deve favorecer o Brasil o debate que ocorre, atualmente, em todo o mundo para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, consequentemente, os impactos das mudanças climáticas. “O Brasil está particularmente bem posicionado para se beneficiar da transição global para uma economia de carbono neutro. Vocês têm a vantagem de uma matriz energética que já é muito baseada em fontes renováveis, que será um dos principais ativos, enquanto as economias em todo o mundo aumentam cada vez mais os custos do carbono na

produção”, destacou. A Floresta Amazônica tem, na avaliação de Janet, um papel central nesse novo modelo de desenvolvimento. “Vocês têm também o sumidouro de carbono de importância vital da bacia amazônica. Existem, de fato, oportunidades significativas para o setor privado, incluindo empresas norte-americanas, através da economia verde brasileira, além de avançar na transição para energias limpas, de investir na produção de alimentos de base vegetal e na indústria de cosméticos”, acrescentou. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

14ª Vara Cível Foro Central Cível - 1033901-35.2020.8.26.0100 - Este Juízo FAZ SABER a PAULO ANTONIO DA ENCARNAÇÃO FERREIRA, CPF 336.296.408-77, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL por Giovanni Chiança, alegando em síntese: a parte ré lhe deve R\$ 10.964,19 (valor em abril de 2020). Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente o oferecimento ou oferta de defesa nos termos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da Lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015834-75.2018.8.26.0008 A MM. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. MARCIA CARDOSO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CESAR RICARDO DE SOUZA SILVA, CPF: 363.747.148-57, que lhe foi proposta uma Ação Regressiva pelo Procedimento Comum Cível por parte de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, bem como em face de Enrique Silva Alfredo, objetivando o ressarcimento de valores pagos a segurada em razão de acidente do veículo placa ET4 7482, Peugeot 208 Hatch, ano/moodelo 2013/2014 de propriedade do corréu Enrique, o qual foi causado por conta de Cesar, no valor de R\$ 8.841,93 (outubro/2018). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de fevereiro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002869-52.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do Foro Regional II - Santa Amélia - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Cristina Mendes na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VÁLE GRÃOS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ 26.011.549/0001-75, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte de Itaú Unibanco S.A., objetivando a cobrança da quantia de R\$ 302.114,66 (Janeiro/2019) decorrente do saldo devedor na conta corrente nº 88806-9, agência 0160. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após os 20 dias supra paguem o débito (ficando isentos de custas processuais), acrescidos de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereçam embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de janeiro de 2024.

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS-PROCESSO Nº 0003697-23.2023.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito do Foro Regional II - Santa Amélia - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Cristina Mendes na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VÁLE GRÃOS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ 26.011.549/0001-75, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Marisa Pascale Quinto. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 42.615,23 (Janeiro/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafo, do Código de Processo Civil) Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de janeiro de 2024. 07.28

Empreendimento Imobiliário Capivari Louveira Ltda.

Conj. MF 12.889.257/0001-25
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam os Srs. Sócios convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Sociedade Empresária “Empreendimento Imobiliário Capivari Louveira Ltda.”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.889.257/0001-25, a realizar-se em 07 de março de 2024, com início às 19:00 (dezenove) horas, em primeira convocação (instalação com ¼ (três quartos) do capital) ou às 19:30 (dezenove e trinta) horas, em segunda e final convocação (instalação com qualquer número), a ser realizada na Kairavini Espaços Compartilhados, situada na Rua. Armando Frediane, nº 306, Jardim Santa Rosa, Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP: 13289-036, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Ordinária: 1) Deliberar sobre as contas dos administradores e Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023; 2) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023; e 3) Deliberar sobre a ratificação das distribuições de lucros havidas na sociedade durante o exercício de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Extraordinária: 4) Deliberar sobre o encerramento da Sociedade, em razão da consecução de seu objeto social; e 5) Deliberar sobre a nomeação do Liquidante da Sociedade. Quaisquer informações poderão ser obtidas através do telefone (19) 3876-1570. Informamos também, que nos casos em que os sócios não puderem estar presentes poderão se fazer representar, através de preposto, apresentando procuração no ato da assembleia, conferindo-lhe poderes para tal, com firma reconhecida. Raquel Lourençon e José Carlos Magro.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Alice Aiko Suzukawa, foi lhe apresentado, para registro, a escritura de 11 de dezembro de 2023 do 21º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 4.224/fols. 101/104), pela qual CELINA HATSUMI OKUMA, brasileira, divorciada, empresária, RG nº 13.696.412-SSP/SP e CPF nº 023.175.278-45, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Correia de Lemos nº 543, apartamento nº 104, Saúde, INSTITUIV EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM APARTAMENTO nº 104, localizado no 10º andar ou 10º pavimento, com uma área útil de 98,30m², área comum de 43,342m², a área de 67,20m² de garagem, somando a área total construída de 205,842m², com uma quota parte ideal no terreno correspondente a 2,1975% do todo, cabendo-lhe duas vagas sem local demarcado, sujeitas a manobrista, para estacionamento de dois carros de passeio na garagem localizada nos 1º, 2º e 3º subsolos, do Edifício Monte Alverne, situados na Rua Correia de Lemos nº 543. Perfeitamente registrado sob o nº 07, na matrícula nº 110.513, em 24 de novembro de 1993. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiá nº 50, 7º andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, CAIQUE NASCIMENTO SANTOS, veterinário, RG nº 36790455-SSP/SP, CPF nº 399.718.888-23, e MATEUS BRITO DOS SANTOS, secretário, RG nº 42592332-SSP/SP, CPF nº 432.341.108-16, brasileiros, solteiros, maiores, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Domenico Egidio, nº 163, Jardim Sapopemba, e Rua Arroio Sarandi, nº 353, apartamento nº 13-C, Conjunto Habitacional Santa Etelvina III, respectivamente, fica intimados a purgarem a mora referente a 40 (quarenta) prestações em atraso, vencidas de 08/11/2020 a 08/02/2024, no valor de R\$48.229,91 (quarenta e oito mil duzentos e vinte nove reais e noventa e um centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$48.373,30 (quarenta e oito mil trezentos e setenta e três reais e trinta centavos), que atualizado até 14/04/2024, perfaz o valor de R\$65.001,19 (sessenta e cinco mil e um reais e dezesseis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Professor Arnaldo João Semeraro, nº 485, apartamento nº 49, localizado no 4º pavimento da Torre 01 do Condomínio Residencial Dez Sacomã, na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob o nº 825 na matrícula nº 228.277, transportada pela Av.1 na matrícula nº 234.456. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. O Oficial.

A Comissão de Educação do Senado aprovou na terça-feira (27) o projeto que cria o marco legal dos jogos eletrônicos. O marco traz regras sobre fabricação, importação e comércio no setor. O texto segue para análise do plenário da Casa. O projeto não vale para máquinas caça-níqueis, jogos de setor e os chamados jogos de fantasia, em que o usuário cria um time virtual com jogadores reais de um determinado esporte. Esse tipo de jogo online já é regulado pela lei que trata das quotas fixas, as bets. O texto prevê benefícios fiscais para os criadores de jogos

eletrônicos. Eles terão direito a abatimento de 70% no Imposto de Renda devido em remessas ao exterior, que integra a Lei do Audiovisual. Esse benefício é válido também para contribuintes que investem em projetos de jogos eletrônicos independentes. No âmbito da Lei do Bem, o desenvolvimento de jogos eletrônicos passa a ser enquadrado como atividade de pesquisa tecnológica e de inovação, o que permite o acesso a incentivos fiscais, como redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Outro benefício é o tratamen-

to especial por serem consideradas negócios inovadores, como processo mais simplificado para formalização. Para a relatora, senadora Leila Barros (PDT-DF), a criação do marco legal reconhece o impacto do setor na geração de empregos, desenvolvimento tecnológico, educação e cultura. O projeto determina que os jogos indicados para crianças e adolescentes devem ter restrições para transações comerciais, a serem permitidas somente com autorização dos responsáveis. Esses games devem ainda estabelecer a proibição a práticas de violação de direitos de crian-

ças e adolescentes, ferramentas de supervisão e moderação parental precisam ser atualizadas com frequência. De acordo com a senadora, as medidas visam evitar exposição à discriminação e violência, assim como o uso descontrolado. Pelo projeto, menores de idade podem trabalhar na criação dos jogos, desde que respeitados os direitos de crianças e adolescentes e as leis trabalhistas. Não será exigida nenhuma qualificação especial ou licença do Estado para programadores e desenvolvedores. (Agência Brasil)

Manicômios judiciais devem ser fechados até 28 de agosto

Estados e municípios têm até o dia 28 de agosto para fechar os manicômios judiciais – alas ou instituições congêneres de custódia e tratamento psiquiátrico. Com a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os governos estaduais e as prefeituras têm mais 90 dias para organizar unidades de saúde e adotar outras providências para acolhimento e tratamento de pessoas em conflito com a lei e que tenham transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial. O fechamento dos manicômios judiciais está previsto na Política Antimanicomial do Poder Judiciário, aprovada em fevereiro do ano passado pelos conselhei-

ros do CNJ (Resolução 487/2023). De acordo com nota do conselho, a Política Antimanicomial estabelece que os tribunais façam “a revisão individualizada dos processos judiciais e o desenvolvimento de Projeto Terapêutico Singular (PTS) para as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.” O prazo inicial era o final de maio, mas a data limite foi estendida em três meses para que os tribunais cumpram a política antimanicomial e determinem em todas unidades da Federação a ordem de fechamento dos estabelecimentos. A norma do CNJ cumpre, 23 anos depois, a Lei da Reforma

Psiquiátrica (Lei 10.216/2001) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual o Brasil é signatário desde 2009. A lei de 2001 determina que as pessoas com transtorno mental (ou qualquer forma de deficiência psicossocial) sejam atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive as pessoas que estão em conflito com a lei. A adoção da Política Antimanicomial do Poder Judiciário também é efeito da condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso da morte de Damião Ximenes Lopes, pessoa com deficiência mental, 30 anos, morto por

maus-tratos após ter sido exposto durante três dias a condições desumanas e degradantes enquanto estava hospitalizado na Casa de Repouso Guararapes, em Sobral (CE), onde foi internado em crise psiquiátrica. Dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública contabilizam que há 2.736 pessoas com transtorno mental cumprindo medida de segurança no país, menos de 1% (0,33%) da população carcerária no Brasil. Dessas, 586 dessas pessoas (21% do total) recebem atendimento ambulatorial na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS. (Agência Brasil)

STF adia decisão sobre recurso contra acordo de leniência da Odebrecht

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) adiou na terça-feira (27) o julgamento de recursos do Ministério Público Federal (MPF) contra a anulação das provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht, assinado com os procuradores da Operação Lava Jato, em Curitiba. Estava previsto para a tarde da terça-feira o julgamento de três recursos contra decisão do ministro Dias Toffoli, que anulou as provas, mas a análise da questão foi suspensa para aguardar a conciliação que está em andamento sobre a renegociação dos acordos. Na segunda-feira (26), o ministro André Mendonça deu pra-

zo de 60 dias para os órgãos públicos e as empresas interessadas renegociarem os termos dos acordos. Durante a sessão, o ministro Gilmar Mendes voltou a fazer críticas aos ex-procuradores que atuaram na extinta força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba. Mendes questionou a competência do MPF para firmar acordos de leniência e disse que a autorização não está prevista na Lei Anticorrupção. O ministro também voltou a acusar os ex-procuradores de usarem “técnicas ilegais” de investigação e de fazer promoção pessoal com obtinivos políticos.

“A fórmula já é conhecida. A força-tarefa pedia a prisão cautelar dos empresários para forçá-los a assinar acordos. Na negociação, a moeda de troca era a liberdade da pessoa e a subsistência da empresa”, afirmou. O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, rebateu e disse que os delatores foram indagados sobre a voluntariedade ao assinar os acordos. “Na histórica manhã de 5 de outubro de 1988, o deputado Uliisses Guimarães afirmou que o Brasil tinha dois cupins, a ditadura e a corrupção. Infelizmente, eu vejo que são dois fantasmas que continuam assombrando o presente

e talvez assombram também o futuro”, comentou Fachin. Em setembro do ano passado, o ministro Dias Toffoli determinou a anulação de todas as provas obtidas na Lava Jato a partir da análise dos sistemas Drousys e My Web Day, formados por dados internos da Odebrecht que estavam guardados no exterior e tratam do pagamento de propina a empresários e políticos. Conforme a decisão, a transferência dos dados não seguiu a tramitação legal de cooperação internacional. A decisão seguiu outras manifestações da Corte sobre a ilegalidade dos dados. (Agência Brasil)



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL CNPJ: 92.751.213/0001-73

Relatório da Administração - Exercício de 2023

Senhores Acionistas,
 Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
 Em 27.01.2023 a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação da Caixa Seguradora na CNP Participações em Seguros Ltda. "Nova Holding SUSEP", elevando de forma indireta sua participação para 100% na Companhia Seguros Previdência do Sul, uma vez que a Nova Holding SUSEP detém 100% da Companhia. Esta transação foi parte de um acordo global, celebrado entre os acionistas em 13.09.2022 por meio da assinatura de contrato de compra e venda de participações societárias entre as partes e está alinhada às orientações estratégicas da CNP Assurances no desenvolvimento estratégico da atividade de seguros no Brasil.
 No âmbito comercial, em 29.06.2023 a Companhia foi declarada vencedora da Sessão Pública de Licitação do Processo, nº 53180.002744/2023-59-2023/CON-001/23 que teve por objeto seleção de sociedade seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, para contratação dos CORREIOS como Representante da Sociedade Seguradora, em regime de exclusividade, para promover a venda de seguros na rede de atendimento dos CORREIOS. Em 15.07.2023 a autoridade superior da licitação homologou a decisão, tendo o contrato sido assinado entre as partes em 17.07.2023. Em 15.12.2023 iniciou-se o processo de comercialização dos produtos na rede de atendimento dos Correios. Dessa forma, o processo passa a ser um parceiro estratégico para a Companhia na distribuição de seguros para os próximos 10 anos, podendo ser ampliado por período equivalente mediante manifestação da Companhia ao final da vigência original.
 Ainda no âmbito comercial, além da diversificação dos canais de distribuição, a Companhia tem atuado junto ao canal de distribuição de corretores, na adequação da oferta de produtos de maior capacidade de geração de rentabilidade técnica, alterando o portfólio de produto pela oferta de produtos patrimoniais, prestamista e ampliação da oferta de produtos de crédito para administradoras

de consórcio.
 No âmbito técnico, a Companhia mantém a estratégia de desinvestimento das carteiras de vida em grupo, fortemente impactadas pela sinistralidade e pelo Covid 19 ao longo dos últimos exercícios, bem como na revisão e fortalecimento das regras de subscrição dos produtos em geral, especialmente no seguro de crédito interno.
 No âmbito das operações, em razão da aquisição pela CNP Assurances da participação societária da Caixa Seguradora na Companhia, a Administração conduziu um projeto de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada à nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Além disso, a Administração segue fortalecendo seus processos digitais desde a venda, conectividade e gestão de parceiros de negócios, bem como, nas rotinas de backoffice operacionais e financeiros transformando a Companhia em uma Seguradora Digital com investimentos em plataformas tecnológicas robustas, de mercado e infraestrutura modernizada.
 A Companhia registrou prêmios ganhos de R\$ 264,6 milhões, representando um crescimento de 3,7% em relação ao período anterior, que indica crescimento da atividade econômica da seguradora. O resultado financeiro líquido da Companhia, ao final do semestre, foi de R\$ 14,0 milhões, sendo que os ativos financeiros alcançaram o patamar de R\$ 307,1 milhões e as provisões técnicas totalizaram R\$ 172,4 milhões, enquanto o patrimônio líquido atingiu o patamar de R\$ 235,6 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 89,4 milhões, impactados especialmente pelo aumento das despesas não recorrentes decorrentes do projeto de autonomia relacionado acima, e parcialmente pelo resultado técnico.
 Não obstante ao resultado apurado, está previsto pela Administração para o próximo exercício, estratégias de eficiência e racionalização de custos operacionais, administrativos e de conformidade, como pilares para reposicionamento da empresa e de retomada da capacidade de venda e de geração de resultado para os próximos exercícios.
 Para substanciar as estratégias de desenvolvimento da Companhia, em 27.06.2023, o acionista apro-

vou o aumento do capital da Companhia dos R\$ 92.659.000,00 (noventa e dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais) existentes, para R\$ 336.659.000,00 (trezentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais), representando um aumento, portanto, de R\$ 244.000.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão de ações subscritas e integradas na Companhia na referida data, que aguarda aprovação da SUSEP. Ainda, em 29.01.2024, em tempo da publicação destas Demonstrações Financeiras, e, reforçando a estratégia do acionista, novo aporte de capital foi realizado na Companhia no montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), refletidos no fechamento do balanço de janeiro de 2024.
 Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios.
 Honorários de Auditoria externa
 A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.
Considerações Finais e Agradecimentos
 A COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL agradece o apoio e a confiança dos seus acionistas.
 Agradecemos, também, o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), aos resseguradores, CNSEG, corretores de seguros e, em particular, dos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.
 Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do corpo funcional da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL. O apoio e a dedicação, mais uma vez demonstrados por todos, são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.
 São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	Exercício findo	
		31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos		263.866	254.108
Variações das provisões técnicas de prêmios		762	(3.352)
Prêmios ganhos		264.628	250.756
Sinistros ocorridos	14	(113.381)	(111.383)
Custos de aquisição	24	(63.467)	(67.503)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(74.636)	(62.998)
Resultado com resseguro		(3.726)	(2.015)
Receita com resseguro		1.101	2.258
Despesa com resseguro		(4.827)	(4.273)
Despesas administrativas	24	(96.906)	(49.129)
Despesas com tributos	24	(3.421)	(2.510)
Resultado financeiro		14.013	10.644
Receita Financeira		21.945	12.311
Despesa Financeira		(7.932)	(1.667)
Resultado patrimonial		(13)	71
Resultado operacional		(76.909)	(34.067)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		28	(2.885)
Resultado antes dos impostos e participações		(76.881)	(36.952)
Imposto de renda	15.1	-	(16.347)
Contribuição social	15.1	-	(9.808)
Participações sobre o lucro	22	(12.482)	1.427
Prejuízo do Exercício		(89.363)	(61.680)
Quantidade de ações		6.136.752.769	1.288.700.000
Prejuízo por ação em R\$		(0,05)	(0,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do Exercício	(89.363)	(61.680)
Outros resultados abrangentes	9.588	(2.196)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	9.588	(2.196)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	10.197	2.133
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(609)	(4.329)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(79.775)	(63.876)
Quantidade de ações	6.136.752.769	1.288.700.000
Prejuízo por ação em R\$	(0,05)	(0,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício findo	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do Exercício	(89.363)	(61.680)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	8.340	3.848
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	15.228	9.961
Juros em passivos de arrendamento	314	256
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	4	682
Ajuste ao valor de realização	(3.211)	(3.468)
Custos de aquisição diferidos	830	(106)
Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	23.635	(907)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(140.474)	(570)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(12.270)	9.420
Ativos de resseguro	150	1.119
Créditos fiscais e previdenciários	521	2.050
Ativo fiscal diferido	-	30.485
Depósitos judiciais e fiscais	(944)	(50)
Despesas antecipadas	(6.192)	87
Outros ativos	(15.943)	9.375
Impostos e contribuições	1.861	(4.459)
Outras contas a pagar	55.435	6.451
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.663	(1.624)
Depósitos de terceiros	357	(11.979)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	12.400	5.211
Provisões para contingências	10.321	1.283
Outros passivos	2.404	(681)
Caixa consumido pelas operações	(132.934)	(794)
Juros pagos	(1)	(7)
Juros recebidos	29	8
Recobimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1	-
Imposto sobre o lucro pagos	(508)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(133.414)	(793)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de investimentos:		
Imobilizado	7	85
Intangível	-	81
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(113.174)	(417)
Intangível	(4.635)	(52)
Intangível	(108.539)	(365)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(113.167)	(332)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de Capital	244.000	-
Pagamento de arrendamento	(1.761)	(1.546)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de financiamentos	242.239	(1.546)
Redução/aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(4.342)	(2.671)
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	8.743	11.414
Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício	4.401	8.743

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é calculado de acordo com as determinações especificadas na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações.

2.8.2. Tábuas

Os principais produtos da Companhia, os quais são responsáveis por aproximadamente 99% da arrecadação total, são os ramos Crédito Interno - 0748, Vida - 0993, Acidentes Pessoais - 0982, Prestamista - 0977, Auxílio Funeral - 0929 e Eventos Aleatórios - 0990, os quais, exatamente por serem coletivos, não guardam uma taxa de carregamento fixa e, da mesma forma, não mantêm um percentual fixo para despesas de comercialização, pois tais parâmetros são aderentes às condições de cada grupo segurado e respectivo estipulante. Na estrutura de custeio destes planos, pelas suas características, não são consideradas taxas de juros, pois eles são precificados com base na observação de sua sinistralidade histórica, entretanto, no caso do Ramo Vida - 0993, a precificação considera como referência mínima as taxas da Tábua de mortalidade AT-1983M. Os parâmetros máximos dos carregamentos de despesas comerciais, administrativas e margem de lucro estão dispostos abaixo, segmentados por ramo:

Ramo	Produto	Taxas de Carregamento
		Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
14	SEGURO RESIDENCIAL	Comercialização: até 50,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
18	SEGURO EMPRESARIAL	Comercialização: até 50,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
48	QUEBRA DE GARANTIA	Comercialização: até 80,00%
		Despesas Administrativas: até 15,00%
77	PRESTAMISTA	Margem de Lucro: 5,00%
		Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
82	ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS	Margem de Lucro: 5,00%
		Comercialização: até 50,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
90	EVENTOS ALEATÓRIOS	Margem de Lucro: 5,00%
		Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
93	VIDA EM GRUPO	Margem de Lucro: 5,00%

2.9. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros
2.9.1. Passivos de contratos de seguros
 Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrariadas pelas regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (ou, *Liability Adequacy Test - LAT*); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

2.9.2. Custos de aquisição diferidos
 Os custos de aquisição diferidos são compostos pelos gastos que possuem uma relação direta e incremental com a emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuem essa relação direta e incremental são registrados como despesas, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo período de contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento no Exercício foi de 41 meses (31 de dezembro de 2022 - 40 meses).

2.9.3. Teste de adequação do passivo - TAP
 Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2023		31/12/2022		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
CIRCULANTE		179.284	176.043			CIRCULANTE		341.673	171.938		
Disponível		4.401	8.743			Contas a pagar	12	158.584	21.678		
Caixa e bancos		4.401	8.743			Obrigações a pagar	12.1	132.323	13.842		
Aplicações	6	99.290	84.685			Impostos e encargos sociais a recolher		3.305	2.050		
Créditos das operações com seguros e resseguros		26.697	28.913			Encargos trabalhistas		3.983	1.266		
Prêmios a receber	7	13.456	17.662			Impostos e contribuições		122	124		
Operações com resseguradoras	17.3	13.241	11.251			Outras contas a pagar	12.2	18.851	4.396		
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		17.3	2.459			Débitos de operações com seguros e resseguros		12.908	12.468		
Títulos e créditos a receber		37.726	46.175			Prêmios a restituir		2.867	1.811		
Títulos e créditos a receber	8.1	36.382	45.417			Operações com seguradoras		755	755		
Créditos tributários e previdenciários	8.2	804	363			Operações com resseguradoras	17.3	3.640	2.460		
Outros créditos		540	395			Corretores de seguros e resseguros	18	4.953	7.406		
Despesas antecipadas		6.699	959			Outros débitos operacionais		693	36		
Custos de aquisições diferidos		17.1	3.150			Depósitos de terceiros		9.530	9.173		
Seguros		2.012	3.150			Provisões técnicas - seguros	17	158.609	127.909		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		435.614	85.107			Danos		111.029	78.266		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		240.602	76.533			Pessoas		44.652	47.911		
Aplicações	6	207.783	72.325			Vida individual		2.928	1.732		
Créditos das operações com seguros e resseguros		25	-			Outros débitos		2.042	710		
Prêmios a receber	7	25	-			Débitos diversos	19.1	2.042	710		
Títulos e créditos a receber		25.982	2.632			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		37.638	17.850		
Títulos e créditos a receber	8.1	23.222	97			Contas a pagar		609	-		
Créditos tributários e previdenciários	8.2	460	913			Tributos diferidos	8.2	609	-		
Depósitos judiciais e fiscais	16.1	2.300	1.356			Débitos das operações com seguros e resseguros		12	-		
Outros créditos		-	266			Corretores de seguros e resseguros	18	12	-		
Outros valores e bens		5.856	1.480			Provisões técnicas - seguros	17	13.830	8.538		
Despesas antecipadas		514	62			Danos		674	185		
Custos de aquisição diferidos		17.1	142			Pessoas		13.065	8.330		
Seguros		442	134			Vida individual		91	23		
Investimentos		596	324			Outros débitos		23.187	8.863		



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

- a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices INPC e Anbima Pré-fixada, conforme divulgado pela SUSEP;
- b) Sinistralidade: foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo 41,31% para o grupo de Pessoas, 34,90% para o grupo Patrimonial e 43,40% para o grupo de Crédito;
- c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;
- d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;
- e) Resseguro: foram apuradas proporções com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo segregado entre despesas (prêmio de resseguro) e receita (recuperação). Para o grupo de Pessoas 0,65% para despesas e 1,08% de receitas, para o grupo Patrimonial 23,40% de despesas e 0,00% de receitas e para o grupo de Crédito 1,79% de despesas e 2,55% de receitas.

Como conclusão dos testes realizados, foram encontradas insuficiências para os grupos de Pessoas (não registrado: -19MM) e patrimonial (não registrado: -2MM), mas compensados no resultado consolidado. Dessa forma não havendo a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações. Os resultados para a data-base de 31 de dezembro de 2023 estão dispostos na tabela abaixo.

Prêmio registrado

Grupo de Produtos	PPNG	Valor Presente dos fluxos
Pessoas	4.388	2.753
Patrimonial	1.349	1.051
Crédito	880	-
TOTAL	6.617	3.804

Grupo de Produtos	Valor Presente dos fluxos
Pessoas	(19.268)
Patrimonial	(2.473)
Crédito	56.905
TOTAL	35.164

2.10. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.11. Apuração do resultado

Os prêmios de seguros, incluindo o resseguro aceito e cedido, bem como os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.12. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram baixados em 31 de dezembro de 2022, pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

2.13. Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (alugáveis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos.

O valor presente dos pagamentos de arrendamentos são calculados com base nos termos do contrato de arrendamento, levando em consideração o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, as taxas de juros implícitas e outros fatores relevantes.

2.14. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Circular SUSEP nº 678 - A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma tem reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia avaliou os impactos da adoção a norma e entende-se que não haverá efeitos e ou impactos significativos em sua adequação.

2.15. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de realocar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realocação ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto quando descrito em Nota Explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, civis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários

Após estudos promovidos pela Administração, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia baixou todos os valores até então registrados de crédito tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, que estavam registrados no ativo, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra de aproveitamento emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.1.

3.5. Estimativas de resarcimento

A constituição da estimativa de resarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcidos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em NTA própria.

4. Gerenciamento de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, sendo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de riscos.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia;

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia. Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês de Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Cia), de Investimentos e de Riscos e Compliance.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos, após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de mercado

4.1.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: disponível para venda e valor justo por meio do resultado. O método utilizado para a análise de sensibilidade de ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *basis points* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DvD-1
Fundos	4	4
Curva de deságio de LFT	1	587
Curva de Juros Pré	174	1.398
Total	179	1.925

4.1.3. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria disponível para venda possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	Taxa de juros contratada
	31/12/2023
	31/12/2022
Letras do tesouro nacional	- 5,55% a 7,83% a.a.
Notas do tesouro nacional - F	Pré 11,00% a 11,01% Pré 6,77 a.a.
Letras financeiras do tesouro nacional	Pós 0,004%

4.1.4. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo e determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value at Risk* (VaR) paramétrica, proposto pelo JPMorgan através do *RiskMetric*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Composição dos ativos	31/12/2023						31/12/2022							
	AA-	A+	A	A-	BB	Sem Rating	Total	A+	A	A-	BB-	Sem Rating	Total	
Fundos não exclusivos	-	-	-	-	-	-	99.290	99.290	-	-	-	-	9.248	9.248
Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	99.290	99.290	-	-	-	-	9.248	9.248
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	207.783	207.783	-	-	-	-	147.762	147.762
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.507	97.507
Créditos das operações	-	-	-	-	-	-	157.386	157.386	-	-	-	-	50.255	50.255
Ativos de resseguros	-	-	-	13.241	-	13.481	26.722	-	-	-	-	-	28.913	28.913
Exposição máxima ao risco de crédito	159	51	207	2.042	-	-	2.459	597	1.330	1.491	-	-	3.418	3.418
Total	159	51	207	15.283	207.783	112.771	336.254	597	1.330	1.491	147.762	38.161	189.341	

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os managers, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;

• Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Riscos de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descausamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. No caso da companhia, embora os ativos garantidores estejam próximo aos passivos, o risco de liquidez pode ser considerado baixo dado que um aporte de capital está previsto para janeiro de 2024, o que deixará os de ativos garantidores superior aos passivos.

	31/12/2023		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Valor justo por meio do resultado (i)	99.290	-	-
Disponíveis para a venda (i)	-	207.783	-
Prêmios a receber de segurados	13.456	25	-
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	50.163	23.222	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (iii)	2.459	-	-
Caixas e Bancos	4.401	-	-
Total dos ativos financeiros (i)	169.769	231.030	400.799
Provisões técnicas de seguros (ii)	31.315	138.648	793
Passivos financeiros	183.064	4.612	-
Total dos passivos financeiros	214.379	143.260	793

	31/12/2022		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Valor justo por meio do resultado (i)	9.248	-	-
Disponíveis para a venda (i)	75.437	72.235	-
Prêmios a receber de segurados	17.662	-	-
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	57.063	363	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (iii)	3.418	97	-
Total dos ativos financeiros (i)	162.828	72.785	235.513
Provisões técnicas de seguros (ii)	32.324	100.429	827
Passivos financeiros	44.029	449	-
Total dos passivos financeiros	76.353	100.878	827

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (ALM - Assets and Liabilities Management). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes. A Política de Liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
 CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em + 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1;
 iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apuração dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descausamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.6. Desenvolvimento de sinistro

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

a) Sinistros brutos de resseguro

	31/12/2023
Conciliação	
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	111.717
PSL Retrocessão	166
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(10.268)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e IBNER	101.615
(a.1) Sinistros administrativos	
Data de Aviso	
No ano do aviso	43.142
1 ano depois	43.022
2 anos depois	42.894
3 anos depois	42.968
4 anos depois	42.985
5 anos depois	42.992
6 anos depois	42.961
7 anos depois	42.961
8 anos depois	42.961
9 anos depois	42.961
Estimativa corrente	42.961
Estimativa acumulada até a data-base	42.961
Passivo reconhecido no balanço	42.961
Passivo em relação a anos anteriores a 2014	105
PSL de Nota Técnica/IBNER	352
Total do passivo incluso no balanço	87.324
(a.2) Sinistros judiciais	
Data de Aviso	
No ano do aviso	2.086
1 ano depois	2.403
2 anos depois	3.504
3 anos depois	4.040
4 anos depois	3.797
5 anos depois	3.837
6 anos depois	3.720
7 anos depois	3.754
8 anos depois	3.768
9 anos depois	4.073
Estimativa corrente	4.073
Estimativa acumulada até a data-base	3.968
Passivo reconhecido no balanço	3.968
Passivo em relação a anos anteriores a 2014	105
PSL de Nota Técnica/IBNER	352
Total do passivo incluso no balanço	24.393

b) Sinistros líquidos de resseguro

	31/12/2023
Valores em Reais mil	
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	111.460
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não proporcional	256
PSL Retrocessão	166
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(10.268)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	101.615
(b.1) Sinistros administrativos	
Data de Aviso	
No ano do aviso	42.696
1 ano depois	42.586
2 anos depois	42.457
3 anos depois	42.531
4 anos depois	42.548
5 anos depois	42.152
6 anos depois	42.121
7 anos depois	42.121
8 anos depois	42.121
9 anos depois	42.121
Estimativa corrente	42.121
Estimativa acumulada até a data-base	42.121
Passivo reconhecido no balanço	42.121
Passivo em relação a anos anteriores a 2014	105
PSL de Nota Técnica/IBNER	352
Total do passivo incluso no balanço	87.068
(b.2) Sinistros judiciais	
Data de Aviso	
No ano do aviso	2.056
1 ano depois	2.366
2 anos depois	3.460
3 anos depois	3.977
4 anos depois	3.654
5 anos depois	3.695
6 anos depois	3.577
7 anos depois	3.611
8 anos depois	3.625
9 anos depois	3.930
Estimativa corrente	3.930
Estimativa acumulada até a data-base	3.825
Passivo reconhecido no balanço	3.825
Passivo em relação a anos anteriores a 2014	105
PSL de Nota Técnica/IBNER	352
Total do passivo incluso no balanço	24.393

(b.1) Sinistros administrativos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	42.696	42.586	42.457	42.531	42.548	42.152	42.121	42.121	42.121	42.121	421.225
1 ano depois	42.586	42.457	42.531	42.548	42.152	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	391.964
2 anos depois	42.457	42.531	42.548	42.152	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	311.696
3 anos depois	42.531	42.548	42.152	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	242.083
4 anos depois	42.548	42.152	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	150.132
5 anos depois	42.152	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	143.076
6 anos depois	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	102.887
7 anos depois	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	55.662
8 anos depois	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	55.662
9 anos depois	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	55.662
Estimativa corrente	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	55.662
Estimativa acumulada até a data-base	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	55.662
Passivo reconhecido no balanço	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	42.121	55.662
Passivo em relação a anos anteriores a 2014	105	352	634	1.500	2.724	1.462	2.092	2.340	4.218	5.679	32.296
PSL de Nota Técnica/IBNER	352	634	1.500	2.724	1.462	2.092	2.340	4.218	5.679	32.296	24.393
Total do passivo incluso no balanço	24.393										

(b.2) Sinistros judiciais

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	2.056	2.366	3.460	3.977	3.654	3.695	3.577	3.611	3.625	3.930	34.607
1 ano depois	2.366	3.460	3.977	3.654	3.695	3.577	3.611	3.625	3.930	4.073	28.507
2 anos depois	3.460	3.977	3.654	3.695	3.577	3.611	3.625	3.930	4.073	4.073	21.107
3 anos depois	3.977	3.654	3.695	3.577	3.611	3.625	3.930	4.073	4.073	4.073	16.853
4 anos depois	3.654	3.695	3.577	3.611	3.625	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	14.307
5 anos depois	3.695	3.577	3.611	3.625	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	10.287
6 anos depois	3.577	3.611	3.625	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	5.346
7 anos depois	3.611	3.625	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	5.746
8 anos depois	3.625	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	5.746
9 anos depois	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	5.746
Estimativa corrente	3.930	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	4.073	5.746
Estimativa acumulada até a data-base	3.825	3.627	5.112	3.845	3.698	3.867	3.461	2.186	3.749	483	33.854
Passivo reconhecido no balanço	3.825	3.627	5.112	3.845	3.698	3.867	3.461	2.186	3.749	483	33.854
Passivo em relação a anos anteriores a 2014	105	352	634	1.500	2.724	1.462	2.092	2.340	4.218	5.679	32.296
PSL de Nota Técnica/IBNER	352	634	1.500	2.724	1.462	2.092	2.340	4.218	5.679	32.296	24.393
Total do passivo incluso no balanço	24.393										

Notas:

1. Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

5. Discriminação das provisões de sinistros judiciais:

	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações judiciais pagas no período e que se encontravam provisionadas	7.862	3.516
Total provisionado de ações judiciais pagas no período	4.380	875
Processos encerrados sem pagamento no período, para os quais havia provisão constituída	2.869	1.665
Total de ações judiciais pagas no período e não provisionadas no exercício anterior	961	3.091

6. Aplicações financeiras

6.1. Resumo da classificação das aplicações

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Vencimento Até 01 ano e 05 anos	Entre 01 e 05 anos
Valor justo por meio do resultado	99.290	99.290	9.248	9.248	99.290	99.290
Fundos de investimento	99.290	99.290	9.248	9.248	99.290	99.290
Disponível para venda	207.783	206.276	147.762	156.452	207.783	67.673
Letras financeiras do tesouro	50.397	50.398	-	-	50.397	16,42%
Letras do tesouro nacional	-	-	97.507	101.145	-	0,00%
Notas do tesouro nacional	157.386	155.878	50.255	55.307	-	51,25%
Total	307.073	305.566	157.010	165.700	99.290	100,00%

6.2. Abertura por nível hierárquico

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 6.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado	99.290	99.290	9.248	9.248
Fundos de investimento	99.290	99.290	9.248	9.248
Outros valores	-	-	-	-
Total	99.290	99.290	9.248	9.248
Disponível para venda	50.397	50.397	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	97.507	97.507
Letras do tesouro nacional	-	-	97.507	97.507
Notas do tesouro nacional	157.386	157.386	50.255	50.255
Total	207.783	207.783	147.762	147.762

6.3. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	30/12/2022
Saldo inicial	157.010	158.637
Aplicações	724.418	15.312
Resgates	(606.198)	(31.150)
Rendimentos	21.646	12.078
Ajustes de títulos e valores mobiliários	10.197	2.133
Saldo final	307.073	157.010

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos.

7.1. Composição de prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

	31/12/2023			31/12/2022		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Vida individual	3.641	(2.732)	909	2.294	(1.081)	1.213
Prestamista	6.082	(792)	5.290	5.127	(475)	4.652
Vida em grupo	4.382	(3.173)	1.209	4.158	(2.545)	1.613
Acidentes Pessoais	15.422	(12.989)	2.433	7.532	(7.532)	7.720
Residencial	912	(173)	739	185	(51)	134
Riscos financeiros	1.890	-	1.890	1.196	(24)	1.172



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
 CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

14. Ramos de atuação
 Os principais ramos de atuação da Companhia são:

Ramos	31/12/2023			31/12/2022		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida individual	10.188	66,18%	23,13%	10.600	36,57%	36,49%
Prestamista	63.221	18,36%	38,71%	56.339	19,39%	20,27%
Vida em grupo	16.614	108,81%	31,62%	25.226	96,09%	32,76%
Acidentes Pessoais coletivo	34.639	50,80%	31,78%	44.699	47,43%	48,54%
Compreensivo Residencial	2.292	23,77%	52,55%	1.904	18,20%	45,22%
Riscos financeiros	134.848	41,54%	13,63%	107.219	44,19%	17,41%
Compreensivo Empresarial	468	165,83%	27,05%	265	12,09%	199,25%
Demais ramos	2.358	85,54%	28,31%	4.504	75,24%	-94,77%
Total	264.628	42,85%	23,98%	250.756	44,42%	26,92%

15. Impostos e contribuições

15.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	(89.363)	(89.363)	(35.525)	(35.525)
Base de cálculo	(89.363)	(89.363)	(35.525)	(35.525)
Taxa nominal do tributo	15,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculados a taxa nominal	13.404	22.341	5.329	8.881
Ajustes do lucro real	40.110	40.110	18.051	18.051
Ajustes temporários diferidos	-	-	26.670	26.670
Constituição prejuízo fiscal	49.253	49.253	56.193	56.193
Total dos ajustes a base de cálculo	89.363	89.363	100.914	100.914
Tributos sobre os ajustes	(13.404)	(22.341)	(15.137)	(25.228)
Despesa contabilizada	-	-	(9.808)	(16.347)
Taxa efetiva	0,00%	0,00%	27,61%	46,02%

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

16.1. Composição

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências cíveis	2.016	1.052	14.930	8.324
Contingências trabalhistas	284	304	210	185
Outras Obrigações	-	-	3.875	-
Contingência Fiscal	-	-	169	354
Total	2.300	1.356	19.184	8.863

a. Provisões judiciais cíveis e trabalhistas
 As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) pagamento parcial da importância segurada; (iv) devolução de prêmio; (v) devolução de prêmio em razão de desconto indevido; e (vi) multas decorrentes de processos administrativos perante a SUSEP. As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião de rescisão contratual de ex-funcionários e processos movidos por terceiro com pedido de responsabilidade subsidiária da Previsul.

b. Obrigações fiscais
 As discussões judiciais envolvendo obrigações legais ativas não estão sendo provisionadas neste momento, em razão de critérios contábeis, e referem-se basicamente a discussões de: (i) ação de inexigibilidade das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas aos empregados segurados referentes a primeira quinzena de afastamento por motivo de doença ou acidente; férias, abono pecuniário, terço constitucional de férias e décimo terceiro salário; salário maternidade e horas extras, descanso semanal remunerado, adicional de insalubridade e adicional noturno; (ii) Mandado de Segurança que visa afastar as restrições impostas ao aproveitamento das despesas havidas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), para fins de dedutibilidade do IRPJ, apurado de forma centralizada pela matriz, com a consequente compensação dos valores pagos indevidamente a tal título. Caso a decisão seja favorável, a Companhia obterá o direito de recuperação dos valores recolhidos em relação a: (i) Contribuições Previdenciárias; R\$ 644 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 550); (ii) PAT dedutibilidade sobre IRPJ; R\$ 4.590 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 4.073). Com relação ao Mandado de Segurança que versa sobre o PAT, a Companhia já obteve decisão favorável definitiva e estão em andamento os trâmites para recuperação de valores. A Companhia é alvo de Ação Rescisória nº 5.306/RJ, a ação ordinária em referência foi ajuizada com o objetivo de discutir a incidência do ICMS sobre o produto da alienação de salvados de sinistros pelas Companhias Seguradoras. As Seguradoras obtiveram decisão favorável no julgamento do Recurso Especial nº 72.204 que determinou a não incidência do ICMS no caso em exame, nos exatos termos em que pleiteados na inicial. Contudo, o acórdão resultou a ressava de que somente os bens salvados de sinistros imprestáveis ao uso estariam fora do campo de incidência do ICMS. Já houve o êxito definitivo e atualizado há provisionado o valor de R\$ 12.965, com risco de perda provável. Referida quantia corresponde a multa processual aplicada no curso da ação rescisória. A rescisória transitou em julgado, restando apenas o pagamento da multa no valor de R\$ 12.500 a ser pago em momento oportuno - execução Fazenda Nacional. Os advogados da Companhia julgaram como probabilidade de perda provável a multa e, em razão disso, foi constituída provisão para o referido processo judicial. O valor associado ao processo em questão, atualizados até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 567. Salienta-se que este é o valor da causa atualizado de modo que não é parâmetro para valoração do risco envolvido no processo.

c. Ação judicial envolvendo COFINS
 A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, em 01/12/2008, que reconheceu a isenção da contribuição da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, artigo 111, parágrafo único, diante da revogação pela Lei nº 9.718/98, razão pela qual a Companhia não reconhece, nem provisiona o tributo relacionado a COFINS.

A União, por sua vez, ingressou com uma ação rescisória, em 30/11/2010, contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando a anulação da decisão que deu à Companhia o direito de não sujeição à da COFINS, com objetivo de submeter a Companhia à incidência do referido tributo. A ação rescisória foi julgada improcedente por decisão do STJ que transitou em julgado 08/04/2022, mantendo-se assim, a decisão favorável que transitou em julgado em 2008.

Durante o período de discussão judicial sobre a isenção da COFINS, a Companhia sofreu alguns autos de infração, sobre os valores em discussão e, com encerramento da ação de forma favorável, a Companhia requereu a baixa dos referidos autos de infração, com alguns pedidos atendidos e outros pendentes até o momento.

Os valores em risco considerados no demonstrativo da Nota 15.2, considera para 31 de dezembro de 2023: (i) os valores atualizados dos autos de infração ainda não baixados até a data de aprovação da Demonstração Financeira; e (ii) em função da incerteza do impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") ocorrida em 08 de fevereiro de 2023, que muda entendimento relacionado à coisa julgada em matéria tributária, e tampouco de eventuais efeitos da repercussão geral do processo RE 400.479, com trânsito em julgado em 10 de outubro de 2023, foi considerado o valor em risco referente aos últimos 5 anos, considerando multa e juros. O valor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 86.058 e 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 96.997.

16.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2023				
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	4.454	10.495	10.494	14.930	35.919
Trabalhistas	36	1.128	1.107	210	2.445
Natureza fiscal - Contingências	6	29.648	56.637	3.862	90.147
Outras Obrigações	-	-	-	-	-
Total	4.496	41.271	68.238	19.002	128.511

	31/12/2022				
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	5.083	2.101	7.988	8.324	18.413
Trabalhistas	39	510	1.163	185	1.858
Natureza fiscal - Contingências	16	39.299	67.022	-	106.321
Outras Obrigações	10	20	124	354	498
Total	5.148	41.930	76.297	8.863	127.090

16.3. Movimentação das ações
 A movimentação das contingências relevantes pode ser resumida como segue:

	Saldo		Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações e juros	Saldo
	31/12/2022	31/12/2023					
Contingências cíveis	8.324	7.420	(858)	(4.160)	-	4.204	14.930
Contingências trabalhistas	185	72	(47)	-	-	-	210
Natureza fiscal - Contingências	-	3.840	-	-	-	35	3.875
Outras Obrigações	354	-	1	(203)	-	17	169
Total	8.863	11.332	(904)	(4.363)	-	4.256	19.184

17. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos
 Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

17.1. Abertura por ramo

Ramos	31/12/2023					
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas
Riscos financeiros	1.124	27.042	29.357	36.539	13.945	108.007
Vida em grupo	160	7.322	8.370	-	707	16.559
Acidentes pessoais coletivos	426	17.597	2.139	-	1.724	21.886
Responsabilidade civil - veículos	-	2	-	-	-	2
Prestamista	4.117	7.944	4.034	-	210	16.306
Compreensivo residencial	704	135	-	-	50	889
Compreensivo empresarial	286	229	-	-	2	517
Riscos de engenharia	-	57	-	-	-	57
Demais ramos	1.587	4.747	1.555	-	327	8.216
Total	8.404	65.076	45.455	36.539	16.965	172.439

Ramos	31/12/2022					
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas
Riscos financeiros	607	17.461	19.419	29.223	9.623	76.333
Vida em grupo	351	12.890	8.137	(688)	974	21.664
Acidentes pessoais coletivos	2.034	11.642	2.058	(122)	852	16.464
Responsabilidade civil - veículos	-	1.045	-	-	191	1.236
Prestamista	4.414	8.431	3.364	(329)	140	16.020
Compreensivo residencial	76	207	-	-	29	312
Compreensivo empresarial	253	8	-	-	4	265
Riscos de engenharia	-	57	-	-	-	57
Demais ramos	1.431	1.724	720	(62)	283	4.096
Total	9.167	53.465	33.698	28.022	12.096	136.447

17.2. Movimentação

	Saldo		Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações e juros	Saldo
	31/12/2022	31/12/2023					
Contingências cíveis	8.324	7.420	(858)	(4.160)	-	4.204	14.930
Contingências trabalhistas	185	72	(47)	-	-	-	210
Natureza fiscal - Contingências	-	3.840	-	-	-	35	3.875
Outras Obrigações	354	-	1	(203)	-	17	169
Total	8.863	11.332	(904)	(4.363)	-	4.256	19.184

17.3. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro

a) Ativo

	31/12/2023					
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	9.167	53.466	33.696	28.022	12.096	136.447
Constituições	7.082	-	20.882	12.654	5.361	45.979
Diferimento/reversões	(7.845)	-	(554)	(458)	(492)	(1.504)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	-	132.525	-	-	-	124.680
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	-	(122.548)	-	-	-	(122.548)
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	-	-	(8.569)	(3.679)	-	(12.248)
Atualização monetária e juros	-	1.633	-	-	-	1.633
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	8.404	65.076	45.455	36.539	16.965	172.439

b) Passivo

	31/12/2023					
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Provisões Técnicas
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	5.814	46.766	38.519	30.757	9.295	131.151
Constituições	6.180	-	6.592	12.332	3.621	28.725
Diferimento/reversões	(2.827)	-	(3.844)	(10.025)	(820)	(17.516)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	-	148.580	-	-	-	148.580
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	-	(144.708)	-	-	-	(144.708)
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	-	1.525	(7.571)	(5.042)	-	(11.088)
Atualização monetária e juros	-	1.393	-	-	-	1.393
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	9.167	53.466	33.696	28.022	12.096	136.447

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	31/12/2023			31/12/2022		
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	% Retenção
Patrimonial	4.282	1.188	72,25%	2.313	362	84,34%
Pessoas	123.762	935	99,24%	142.246	232	99,84%
Riscos Financeiros	134.848	2.502	98,14%	107.219	3.405	96,82%
Demais	207	-	100,00%	178	-	100,00%
Total	263.099	4.625	98,24%	251.956	4.001	98,41%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 2.470 (R\$ 649 em 31 de dezembro de 2022).

17.4. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões técnicas	Total das exclusões	Provisões técnicas	Total das exclusões
Provisões técnicas - Resseguro	1.112	2.567	1.112	2.567
Depósitos judiciais	571	300	571	300
Total a ser coberto	170.756	133.580	170.756	133.580
Total dos ativos garantidores:	307.073	157.011	207.783	147.763
Títulos de dívida pública	1.393	99.290	99.290	9.248
Quotas de outros fundos financeiros	136.317	23.431	136.317	23.431
Suficiência de cobertura	79,83%	17,54%	79,83%	17,54%

18. Corretores de seguros e resseguros
 Apresentamos a seguir informações referentes às operações com corretores de seguros e resseguros:

Corretores de seguros e resseguros	31/12/2023	31/12/2022
Comissões a pagar de seguros	582	177
Comissões e juros sobre prêmios	12.061	11.696
Ajuste ao valor de realização de comissão sobre prêmios	(7.678)	(4.467)
Total	4.965	7.406
Circulante	4.965	7.406



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
 CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. (ii)	120	(38.266)	-	(221)
CNP Capitalização S.A. (iii)	174	(7)	292	(85)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (iv)	65	-	2	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (v)	115	-	2	-
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (i)	5.018	-	54	-
Caixa Vida e Previdência S.A. (iv)	-	(3.878)	-	(3.878)
Caixa Econômica Federal (vii)	343	-	11.716	-
Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (viii)	-	(25)	-	(273)
Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (ix)	-	(1.192)	-	-
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Caixa Seguradora S.A. (ii) (iv)	381	(38.265)	99	(1.191)
CNP Capitalização S.A. (iii) (iv)	1.336	(94)	1.756	(172)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (iv)	22	-	5	-
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (iv)	4	-	1	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (v)	22	(121)	6	(87)
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (i)	5.018	-	1	-
CNP Seguros Holding Brasil S.A. (j)	1	-	-	-
Caixa Vida e Previdência S.A. (iv) (v)	-	(2.279)	-	(1.429)
XS5 Administradora de Consórcios S.A. (iv)	-	-	10.742	-
XS2 Vida e Previdência S.A. (i) (vii)	-	-	-	(41)
Caixa Econômica Federal (i)	-	-	1.611	-
Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (ii)	-	(3.977)	-	(4.230)
Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (iv)	-	(15.720)	-	(17.049)
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal-chave da Administração	-	(11.668)	-	(2.321)

- (iii) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas;
- (iv) Despesas referentes à prestação de serviços de terceiros com teletendimento e serviços compartilhados;
- (v) Referem-se aos produtos alocados adquiridos junto à CNP Capitalização S.A.;
- (vi) Referem-se a operação de seguros de funcionários;
- (vii) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;
- (viii) Plano odontológico oferecido aos funcionários;
- (ix) Disponibilidade financeira;
- (x) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;
- (xi) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;

26. Evento subsequente

No âmbito comercial, em 29.06.2023 a Companhia foi declarada vencedora da Sessão Pública de Licitação do Processo, nº 53180.002744/2023-59-2023/CON-001/23 que teve por objeto seleção de sociedade seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, para contratação dos CORREIOS como Representante de Sociedade Seguradora, em regime de exclusividade, para promover a venda de seguros na rede de atendimento dos CORREIOS. Em 15.07.2023 a autoridade superior da licitação homologou a decisão, tendo o contrato sido assinado entre as partes em 17.07.2023. Dessa forma, o Correios passa a ser um parceiro estratégico para a Companhia na distribuição de seguros para os próximos 10 anos, podendo ser ampliado por período equivalente mediante manifestação da Companhia ao final da vigência original. Em 21.06.2023 foi pago o sinal do valor de acesso ao negócio (VAN), no valor de R\$ 51. Após a assinatura do contrato, foi feito o pagamento da primeira parte da liquidação financeira do contrato, em 31.07.2023, no valor de R\$ 77.475. A segunda parte da liquidação financeira foi paga em 02.01.2024, no valor de R\$ R\$ 79.146. Em 29.01.2024, em assembleia geral extraordinária, foi deliberada a aprovação do aumento do capital social da Companhia, correspondente alteração no artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir esse aumento. O capital social da companhia passou de R\$336.659 (trezentos e trinta e seis mil e seiscentos e cinquenta e nove mil reais), para R\$456.659 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e nove mil reais), representando um aumento, portanto, de R\$120.000 (cento e vinte mil reais), mediante a emissão de 2.187.407.235 (dois bilhões, cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e sete mil e duzentas e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas.

Diretoria Executiva

François Dominique Philippe Tritz Diretor Presidente	Fernando Gonçalves de Moraes Diretor Financeiro
--	---

Atuário

Gabriel Porto Montenegro Henriques MIBA nº 2978

Contadora

Luciene Rocha Batista CRC SP-265373/O-7 "T" SP
--

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário, instalado na CNP Participações em Seguros Ltda. e com atuação sobre as suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., reportando-se diretamente à Reunião de Sócios da Sociedade. É composto por três membros, eleitos pela Reunião de Sócios, por mandato de cinco anos.

Principais Atividades

Considerando a reestruturação da Companhia no final de 2022 e a transição entre o Comitê de Auditoria que anteriormente abrangia as Companhias e o atualmente constituído, com vistas a cumprir suas atribuições, o Comitê realizou reuniões referentes ao exercício de 2023, que contaram com a participação de diretores das empresas da CNP Seguradora, CNP Seguros Holding Brasil e representantes da CNP Assurances Latam Holding Ltda., dos representantes da empresa de auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, regulatório e financeiro.

No decorrer do exercício de 2023, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisou as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2023, das duas empresas.

Conclusões

1.1 Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL** São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariado, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que

existe correspondência desses dados, que serviriam de base para atualização dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Daniela Sedel
 Atuário MIBA 1721
 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
 CIBA 48
 CNPJ: 02.668.801/0001-55
 R. Verbo Divino, nº 1400
 04719-002
 São Paulo - SP - Brasil
Anexo I
Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL
 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	172.439
Total de ativos de resseguro	2.459
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	13.241
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	172.439
Valores redutores auditados (b)	1.683
Total a ser coberto (a-b)	170.756
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2023
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	34.735
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	34.735
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	38.863
Ajustes Econômicos do PLA	1.310
Exigência de Capital (CMR) (b)	34.735
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	4.128
Ativos Garantidores (d)	307.073
Total a ser Coberto (e)	170.756
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	136.317
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2023
1601	30
1602	180
0435	497
0234	809
0748	900
0167	936
0351, 0171, 0141, 0114	1.410
0980	1.418
1329, 0929	1.570
2293, 1391, 1384, 1381, 1065, 1061, 0993, 0990, 0987, 0984, 0982, 0977, 0118	3.165

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia de Seguros Previdência do Sul** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

KPMG
 KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
 Contadora CRC SP-246031/O-8

GP Wilson Fittipaldi Júnior: Stock Car homenageia o vice-campeão de 1991

Etapa de abertura da temporada 2024, em Goiânia, levará nome do piloto e construtor que ajudou a transformar o automobilismo brasileiro

A temporada 2024 da Stock Car Pro Series começa neste fim de semana (02 e 03/03), com uma homenagem a um dos grandes nomes da história do automobilismo brasileiro. A etapa que marca o início do campeonato levará o nome de GP Wilson Fittipaldi Júnior, em tributo ao ex-piloto, idealizador e líder da única equipe brasileira da história do Mundial de Fórmula 1, a Copersucar-Fittipaldi, e vice-campeão da Stock Car, em 1991. O Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO), será o palco deste tributo em lembrança ao membro da família Fittipaldi que nos anos 60, 70 e 80, ao lado do irmão mais novo, Emerson, deu início a um movimento que encerrou uma fase menos profissional do esporte a motor do país. Wilsinho, ou Tigrão, como era conhecido nos autódromos, faleceu na última sexta-feira (23/03) em São Paulo, aos 80 anos.

Wilsinho deixa um enorme legado para o automobilismo brasileiro. Filho do 'Barão' Wilson

Fittipaldi, um jornalista e incentivador do esporte que criou uma das mais importantes competições do automobilismo brasileiro, as Mil Milhas de Interlagos, realizadas até hoje.

Inteligente e irrequieto, Wilsinho desenvolveu o primeiro kart e promoveu a primeira corrida deste micro-monoposto no Brasil.

Depois de desenvolver vários carros de corrida no país, partiu para um projeto impensável para a época: a criação da Fittipaldi, a primeira e única equipe baseada fora da Europa que disputou o Mundial de Fórmula 1 entre 1975 e 1982. Além de Emerson, outros pilotos do país também representaram o time, como Ingo Hoffmann e Chico Serra, que depois se tornaram ícones da Stock Car. Filho de Wilsinho, Christian Fittipaldi também competiu na principal categoria brasileira, entre 2005 e 2006.

Programação e transmissão — As atividades de pista em Goiânia para a primeira etapa do campeonato começam nesta sexta-feira,



Wilson (primeiro à dir.) com a equipe Action Power de Stock Car e F-Chevrolet

ra, 1º de março, dia reservado para treinos livres. O sábado será bastante movimentado no Autódromo Internacional Ayrton Senna. Às 11h está marcada a sessão classificatória que vai definir o primeiro pole position de 2024. Pouco depois, a partir de 13h, os fãs terão uma grande novidade com a visita aos boxes, que

neste ano vai acontecer também aos sábados. O dia será completado com a primeira corrida Sprint da Stock Car, com largada prevista para 14h40.

O cronograma será completado no domingo. A visita aos boxes está marcada para 10h, e pouco depois, ao meio-dia, os pilotos vão largar para a corrida

principal do GP Wilson Fittipaldi. A Stock Car Pro Series é transmitida ao vivo pela Band na TV aberta, SporTV e BandSports na TV por assinatura, além do canal oficial da categoria no YouTube; Motorsport.tv — atingindo mais de 150 países em cinco idiomas diferentes a cada etapa —, canal da Tribo do Gaules na Twitch, MAVTV Brasil Motorsports Network e MAVTV América do Norte.

WILSON FITTIPALDI JÚNIOR

Nascimento: 25/12/1943, em São Paulo (SP). Faleceu em 23/02/2024, aos 80 anos

Filho de jornalista especializado Wilson 'Barão' Fittipaldi e Josefa 'Juzy' Wojciechowska

Irmão mais velho de Emerson Fittipaldi, bicampeão mundial de Fórmula 1.

Pai do ex-piloto de Fórmula 1, F-Indy e Stock Car, Christian Fittipaldi.

Construtor do primeiro kart no Brasil e organizador da primeira

corrida da categoria no país. Idealizador da primeira equipe do Mundial de Fórmula 1 baseada fora da Europa

Pela Copersucar-Fittipaldi, ou apenas Fittipaldi, correram pilotos que tornaram-se lendas do automobilismo brasileiro, como o próprio Emerson e também Ingo Hoffmann e Chico Serra

Fórmula 1
Corridas disputadas: 35 (entre 1972 e 1975)

Melhor resultado: 5º lugar no GP da Alemanha de 1973

Líder do projeto da Copersucar-Fittipaldi, única equipe brasileira a correr no Mundial de

Fórmula 1, com estreia no GP da Argentina de 1975.

Stock Car
Corridas disputadas: 50

Temporadas: 6
Melhor resultado: vice-campeão em 1991

Vitórias: 2 (Curitiba, 1991; Jacarepaguá, 1995)

Pódios: 20

Poles: 1

Volts mais rápidas: 4.

Carioca Letícia Pagy valoriza aprendizado na V11 Aldeia Cup de Kart



Letícia Pagy teve um kart bem acertado para aproveitar seu aprendizado no V11

Com o firme propósito de se preparar bem para lutar pelo título de campeã do Campeonato

Carioca de Kart, que terá início daqui a um mês, Letícia Pagy (Cantor Chininha/Lety Service/

Divy Chic) estreou no V11 Aldeia Cup de Kart, que teve sua primeira etapa realizada no último domingo (25) no Kartódromo Aldeia da Serra, em Barueri (SP). Em um grid de 29 concorrentes, ela terminou em oitavo entre os estreantes, na F4 Junior Rookie.

Vice-campeã da categoria F4 Júnior na II Copa Sérgio Maurício de Kart, realizada a exatamente um mês em Guapimirim (RJ), Letícia — como é chamada pelos seus amigos — participou do certame com a expectativa de ganhar experiência e valorizou bastante o aprendizado, pois passou por várias situações.

“Foi uma experiência de aprendizado, pois eu nunca tinha corrido nesta pista e em um grid tão grande, com 29 karts”, comen-

tou a garota que leva as marcas de Lety Service/Divy Chic/Cantor Chininha. “Aprendi muito”, continuou a piloto de 13 anos de idade, que começou a correr de kart no ano passado.

“A Letícia teve uma experiência positiva. Nos treinos livres andou entre os 12 mais rápidos e na etapa andou no meio do pelotão de 29 concorrentes. Se não fossem alguns incidentes, teria ido ao pódio dos estreantes. Está evoluindo bem”, afirma Odílio 'Nikima' Brito, chefe da equipe Nikima Racing/Dai Motorsport.

Confira os dez primeiros da F4 Júnior Rookie: 1) Luiz Migliorini; 2) Manu Clauset; 3) Joaquim Ferreira; 4) Davi Mantoan; 5) Marco Costa; 6) João Demarchi; 7) Arthur Coelho; 8) Letícia Pagy; 9) Raphael Barbosa; 10) Vitor Ferré.

Definidas as duplas que disputarão a abertura do IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia

Estão definidas as duplas que participarão da etapa de abertura do IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia, uma realização da Federação Paulista de Volleyball para fortalecer o esporte no estado. A competição, programada para o próximo fim de semana, dias 2 e 3 de março, ocorrerá nas quadras montadas no Parque Dom Pedro, no Centro da cidade, próximo à Fundação Catavento. O torneio contará com 16 duplas no masculino.

A programação do fim de semana começará no sábado, a partir das 8 horas. No domingo serão jogadas as quartas de final, semifinais e finais. O evento terá entrada gratuita ao público e será a chance de acompanhar algumas das principais duplas do estado.

Após o término das inscrições, as duplas inscritas são as seguintes: Justo/Bonilha (1160 pontos), Isac/Misael (940), Tiago Castilhos/Marcos Cabral (900),



IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia

Arthur/Fabio (800), Leo Veronezi/Luccas Lima (780), Edu Vieira/Flavinho (660), Luiz Arthur/Cauã (580), Bruno Pinheiro/Robert (540), Eduardo B/Anderson (320), Tarsio/Silva (300), Paulo Tomé/Rafael Alves (280), Samuel/Mar-

quinhos (220), Gustavo/Luan (140), Matheus N/Thiago N (120), João Nascimento/Galhardo (20) e Cris/Zé Eduardo (0).

O sistema de disputa prevê quatro grupos, com os times jogando entre si em turno único. As

duplas mais bem colocadas de cada chave passarão para as quartas de final, com os seguintes cruzamentos 1º x 8º, 2º x 7º, 3º x 6º, 4º x 5º. Os vencedores farão as semifinais, de onde sairão os finalistas e as duplas que disputarão o terceiro lugar.

Os grupos estão assim formados: **Grupo A** - Justo/Bonilha, Bruno Pinheiro/Robert, Eduardo B/Anderson e Cris/Zé Eduardo; **Grupo B** - Isac/Misael, Luiz Arthur/Cauã, Tarsio/Silva e João Nascimento/Galhardo; **Grupo C** - Tiago Castilhos/Marcos Cabral, Edu Vieira/Flavinho, Paulo Tomé/Rafael Alves e Matheus N /Thiago N ; **Grupo D** - Arthur/Fabio, Leo Veronezi/Luccas Lima, Samuel/Marquinhos e Gustavo/Luan.

O IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia é uma realização e organização da Federação Paulista de Volleyball. Mais informações no site www.fpv.com.br

Festa do Atletismo Brasil vai premiar os melhores de 2023 em ano olímpico

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) premiará os melhores de 2023 em festa de gala marcada para o dia 24 de março, em São Paulo. O 3º Prêmio Melhores do Ano Loterias Caixa de Atletismo 2023 reconhecerá em dez categorias e a novidade para esta edição é a inclusão do Treinador Destaque. A festa foi marcada para março porque será feita na sequência da Assembleia Geral da CBAt (23 e 24/3), com a participação de todos os representantes de Federações e como um estímulo na preparação dos atletas para os Jogos Olímpicos de Paris, em agosto.

Um Júri de Especialistas, formado por treinadores e jornalistas,

vai escolher o Melhor Atleta, das categorias feminino e masculino, o Atleta Revelação, também feminino e masculino, e o Treinador Destaque. O Clube de Alto Rendimento e o Clube Formador serão indicados pela soma da pontuação que os participantes obtiveram nos Campeonatos Brasileiros (Troféu Brasil e Sub-23 para a primeira categoria; sub-16, sub-18 e sub-20 para a segunda).

Já o Atleta da Galera, feminino e masculino, e a Melhor Foto do Ano dos Brasileiros e ou das seleções, serão escolhidos em votação aberta com a participação do público.

O Prêmio Treinador Destaque é destinado ao profissional brasileiro que se destacou nos prin-

cipais eventos da temporada 2023 na categoria adulta. A lista dos elegíveis em 2023 foi formada a partir dos seguintes critérios, sempre considerando provas individuais: Treinador de atleta Top 16 no Campeonato Mundial Budapeste; de atleta que estabeleceu recorde brasileiro adulto; e de atleta medalhista nos Jogos Pan-Americanos Santiago.

Também foram formadas listas de atletas elegíveis para os Prêmios Melhor do Ano (os dois eleitos no Troféu Brasil e no Brasileiro Sub-23 ao fim de cada competição, e integrantes das seleções brasileiras no Mundial de Budapeste, Pan de Santiago e Mundial de Corridas de Rua de Riga) e Revelação do Ano (os elei-

tos ao fim dos Campeonatos Brasileiros Sub-16, Sub-18 e Sub-20 e integrantes das seleções do Pan-Americano Sub-20 e Ibero-Americano Sub-18).

A votação será conduzida por empresa independente e os melhores receberão os seus troféus na festa do dia 24 de março, que terá como apresentadores o jornalista Álvaro José Paes Leme e a campeã do mundo no salto com vara Fabiana Murer.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Lucas Moraes é top-4 no primeiro dia do Rally de Abu Dhabi



Lucas Moraes, da equipe Toyota Gazoo Racing

Na terça-feira (27) foi realizada a primeira de um total de cinco especiais do Abu Dhabi Desert Challenge, prova off road válida pelo Campeonato Mundial de Rally Cross-Country e que está sendo realizada nos Emirados Árabes Unidos. O brasileiro Lucas Moraes, agora piloto da equipe principal da Toyota Gazoo Racing, conquistou o quarto lugar neste primeiro dia da disputa, que se encerrará no dia 02 de março.

Correndo ao lado do navegador espanhol Armand Monleon, que foi seu companheiro na edição 2024 do Rally Dakar, Lucas Moraes conseguiu pas-

sar ileso pelas dunas desta primeira especial de 248 km, realizada em Al Dhannah. No fim, a dupla terminou apenas 6min32s atrás do duo vencedor da especial, formado pelo catari Nasser Al-Attiyah e o francês Edouard Boulanger (Nasser Racing by Prodrive).

Na quarta-feira (28) os pilotos encaram uma nova especial, desta vez com 239 km, partindo de Al Dhannah com chegada prevista a Mzeer'ah. Assim como neste primeiro dia, as dunas serão um dos principais desafios, exigindo dos navegadores uma atenção redobrada para não sofrerem acidentes ou se perderem no deserto.

O JORNAL CERTIFICA AS
PUBLICAÇÕES LEGAIS COM
PONTUALIDADE E
TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO
A SEGURANÇA JURÍDICA.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.